Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 8 de agosto de 2024

EDIÇÃO 25.139

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Mineradora australiana compra o ativo Araxá
% PÁG. 4

Indústria nacional do aço mantém o otimismo
% PÁG. 5

Epamig desenvolve cultivar de trigo para silagem
% PÁG. 8

Superávit da balança comercial de Minas Gerais registra alta de 9,2%

% ECONOMIA Saldo positivo no acumulado de janeiro a julho atingiu US$ 15,4 bilhões, com exportações de US$ 24,5 bilhões

O saldo da balança comercial de Minas Gerais registrou um crescimento de 9,2% de janeiro a julho frente ao mesmo período do ano passado, chegando a US$ 15,4 bilhões. Com avanço de 6,1%, as exportações atingiram US$ 24,5 bilhões, enquanto as importações subiram apenas 1,1%, somando US$ 9,1 bilhões.

O desempenho positivo do comércio exterior do Estado foi impulsionado pelos embarques de minério de ferro e café, que aumentaram 14,3% e 34,5%, respectivamente, no acumulado do ano. Os dois produtos responderam por mais de 50% da pauta exportadora. No sentido oposto, a alta de 14,4% das compras de máquinas e equipamentos mecânicos puxou as importações. Somente no mês passado, o superávit comercial estadual atingiu US$ 4,8 bilhões, com elevação de 4,8% em relação a igual período de 2023. As exportações totalizaram US$ 3,6 bilhões (+12,8%) e as importações, US$ 1,6 bilhão (+25,2%)

De acordo com a Fundação João Pinheiro, os principais destinos das vendas externas de Minas Gerais em julho foram a China (44,1%) e os Estados Unidos (8,7%). Os dois países também foram os principais parceiros comerciais nas importações mineiras, com participações de 25,1% e 10,5%, respectivamente. % PÁG. 3

Os embarques de minério de ferro extraído no Estado apresentaram crescimento de 14,3% nos sete primeiros meses do ano e, junto com o café, impulsionaram o faturamento das exportações mineiras FOTO: DIVULGAÇÃO / AGÊNCIA VALE

Inflação desacelera em Belo Horizonte com queda nos preços dos alimentos

A inflação medida pelo IPCA desacelerou em Belo Horizonte. O indicador da Fundação Ipead registrou alta de 0,55% em julho, após fechar junho com elevação de 1,23%. A queda de itens do consumo de alimentos foi puxada pelo subgrupo alimentação na residência (-0,94%). O tomate e a batata-inglesa apresentaram as maiores reduções nos preços, de 43,3% e 8,4%, respectivamente. % PÁG. 12

O preço do tomate caiu 43,3% em julho na Capital, de acordo com a Fundação Ipead FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J. SILVA

Bem Brasil planeja elevar as vendas para o mercado externo

As exportações da Bem Brasil, líder de vendas na indústria de batatas congeladas no Brasil, devem crescer 20% neste ano. O objetivo da empresa, com fábricas em Araxá e Perdizes, no Alto Paranaíba, é aumentar os embarques de forma gradual e chegar em 2026/27 com participação de 10% da receita total. Com o avanço nos mercados externo e interno, a projeção é ampliar em 10% o faturamento e superar a marca de R$ 4 bilhões em 2024. % PÁG. 9

Com duas fábricas no Alto Paranaíba, a Bem Brasil é líder no segmento de produção de batatas congeladas no País FOTO: DIVULGAÇÃO / BEM BRASIL

Concessão e aportes públicos são a saída para rodovias em MG

A precariedade da malha rodoviária mineira poderá ser revertida com as concessões e o aumento dos investimentos privados e públicos na infraestrutura das estradas. Os aportes do governo do Estado em melhorias rodoviárias chegaram a mais de R$ 2 bilhões em 2022, incluindo as obras do Provias. A expectativa para os próximos anos é que a situação crítica das rodovias de Minas Gerais seja transformada por meio de concessões. % PÁG. 7

Investimentos privados, por meio de concessões, e a realização de obras públicas podem melhorar as rodovias em Minas Gerais FOTO: LUIZ SANTANA / ALMG

% EDITORIAL

Em recente evento na Fiesp o presidente da entidade, Josué Gomes da Silva, mineiro e filho do falecido vice-presidente José Alencar Gomes da Silva, disse que hoje falta ao País alguém como seu pai, capaz de se colocar frontal e destemidamente contra a política monetária contracionista que empurra a taxa de juros a patamares absurdos. Na mesma ocasião, Josué disse não ver sentido na autonomia do Banco Central quando sua presidência é ocupada por alguém de claro posicionamento político, corrompendo assim o viés técnico de sua posição. Evidencia-se que a questão no seu todo perdeu por completo a natureza técnica para ajudar a alimentar questões políticas que não deveriam caber neste espaço. % PÁG. 2

% ARTIGOS

BANCO MERCANTIL

DÓLAR DIA 7

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,6240	R$ 5,6250
TURISMO	R$ 5,6620	R$ 5,8420
PTAX (BC)	R$ 5,6087	R$ 5,6093

EURO DIA 7

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1269	R$ 6,1282

OURO DIA 7

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.382,78
BM&F (g) R$ 432,10

TR dia 8	0,0742%
POUPANÇA dia 8	0,5746%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

01/08	02/08	05/08	06/08	07/08
-0,20	-1,21	-0,46	+0,80	+0,99

OPINIÃO

A evolução da indústria de fertilizantes

Valter Casarin
Coordenador-geral e científico da Nutrientes Para a Vida, graduado em Agronomia, professor do Programa SolloAgro, Esalq/USP e Sócio-Diretor da Fertilità Consultoria Agronômica

De acordo com a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a produção de alimentos terá de aumentar significativamente para alimentar uma população mundial próxima de 10 bilhões de pessoas até 2050. Embora os fertilizantes minerais sejam úteis, a sua produção e utilização podem ter consequências sobre o ambiente.

Os fertilizantes minerais podem exercer forte pressão sobre o meio ambiente. A sua produção geralmente requer o uso de combustíveis fósseis, o que resulta em emissões de carbono. Por outro lado, a adubação, especialmente com nitrogênio, está no centro das atuais questões agroecológicas e ambientais: qualidade do solo, pegada de carbono, balanço energético, emissões de gases com efeito estufa, bem como em questões econômicas.

Em um primeiro momento, a inovação chega aos produtos fertilizantes, como é o caso dos produtos baseados em grânulos de fertilizantes revestidos com polímeros. Este revestimento evita que o fertilizante se dissolva imediatamente quando aplicado ao solo. Dessa forma o aproveitamento dos nutrientes pelas plantas é aumentado, havendo baixa perda de nutrientes no ambiente.

Atualmente, muitos produtores têm a preferência pelo uso da ureia como fonte de fertilizante nitrogenado. Uma das principais desvantagens da ureia é a volatilização da amônia (NH3). Para isso, a indústria de fertilizante desenvolveu inibidores da urease, os quais inibem a atividade da urease natural no solo. Assim, permitem mais tempo para a ureia se infiltrar no solo, de modo a reduzir o risco de volatilização. Resultados demonstraram que os inibidores de urease podem reduzir as perdas por volatilização amoniacal da ureia em aproximadamente 60 a 70%.

Nas unidades de produção de amônia, matéria-prima para produção de fertilizante nitrogenado, foi implementado novo processo de catálise que reduz a emissão de N2O para a atmosfera. Estes catalisadores permitem uma redução das emissões de N2O superior a 90%. Esta redução nas emissões de óxido nitroso permitiu reduzir para metade as emissões de gases com efeito de estufa na produção de fertilizantes nitrogenados desde o início da década de 2000.

> *"As empresas também estão preocupadas em produzir de forma sustentável, promovendo a economia circular dos produtos e a ecologia industrial"*

As empresas também estão preocupadas em produzir de forma sustentável, promovendo a economia circular dos produtos e a ecologia industrial. Isso significa o uso de nutrientes provenientes da reciclagem de resíduos orgânicos, através do desenvolvimento de parcerias estratégicas com empresas de gestão de resíduos e empresas alimentares.

As novas tecnologias desenvolvidas pelas indústrias de fertilizantes permitem melhor posicionamento dos fertilizantes em relação às culturas. Dependendo da situação, a adoção de tecnologias de adubação pode contribuir para o alcance de novos objetivos de produtividade e rentabilidade, garantindo a preservação e o respeito pela sustentabilidade ambiental do planeta.

Mulheres negras de ouro

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

"lindo momento de irmandade e espírito esportivo! Dá pra sentir o amor brilhando através dessas moças" (Michelle Obama falando do feito de Rebeca).

Mais uma Olimpíada! Os olhares do planeta, fatigados diante das intermináveis cenas do desvario corrente, se voltam, em pausa esperançosa, para os espetáculos de Paris. Muitos alimentam fugidio sonho, por breve espaço de tempo, que lhes permita desvencilharem-se das amarguras causadas pelas guerras, desigualdades e tantos outros dramas que agridem a consciência.

Os Jogos representam, sim, esplêndida demonstração de vigor atlético e engenho para se formatar momentos de extasiante beleza. Mas, além de seus significados visíveis, o festival Olímpico alcança as culminâncias de um triunfo do espírito. Em sua estupenda configuração humanística e ecumênica, esta empreitada de labor e inteligência expõe as virtualidades da alma e do sentimento popular. A diversidade, em suas múltiplas exteriorizações, é apanágio das disputas. Os competidores deixam de lado as toscas diferenciações mundanas que costumam afastá-los uns dos outros na convivência cotidiana, para darem-se as mãos efusivamente na celebração do dom da vida. Etnias, nacionalidades, cor da epiderme, crenças, condições econômicas, intelectuais variadas, tudo isso perde seu peso e valor social, cedendo lugar para geral e irrestrita confraternização. Uma sólida aliança do espírito humano.

> *"Da volumosa sequência de imagens emocionantes proporcionadas ao longo das provas, algumas vão se eternizar na lembrança esportiva"*

Da volumosa sequência de imagens emocionantes proporcionadas ao longo das provas, algumas vão se eternizar na lembrança esportiva. "Rebeca, a mulher inesquecível": puxando da memória, trazemos a tempo presente o título de um filme que foi sucesso de crítica e bilheteria nos anos 50, para registrar o embevecimento deixado no espírito popular pelo feito histórico da ginasta brasileira Rebeca Andrade. Mulher negra, 25 anos, de descendência humilde, atleta de rara estirpe, fez jus à consagração universal ao subir ao topo do pódio graças a uma impecável coreografia na ginástica rítmica. O magnífico gesto das duas campeoníssimas atletas estadunidenses, igualmente negras, que a acompanharam na triunfante jornada, reverenciando-a na hora da entrega da medalha de ouro, ficou gravado como retrato emblemático dos jogos de Paris. Jornal parisiense estampou foto do ato na primeira página proclamando "Olimpíada é tudo isso". Cabe dizer que Rebeca tornou-se nossa maior medalhista olímpica de todos os tempos.

Beatriz Souza, 26 anos, de origem modesta, sargento do Exército, foi outra mulher negra que empolgou seus patrícios e público ao conquistar medalha de ouro no judô. Tanto Rebeca quanto Beatriz, além de vários outros disputantes, foram amparados em suas carreiras pelo programa "bolsa atleta". O desempenho dos competidores brasileiros que arremataram outras reluzentes medalhas contribuiu para que nossa participação nos jogos pudesse ser classificada de relevante. "Isso tudo foi muito bonito de se ver".

EDITORIAL

Jogo para perdedores

Em recente evento na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) o presidente da entidade, Josué Gomes da Silva, mineiro e filho do falecido vice-presidente Jose Alencar Gomes da Silva, disse que hoje falta ao País alguém como seu pai, capaz de se colocar frontal e destemidamente contra a política monetária contracionista que empurra a taxa de juros a patamares absurdos. Na mesma ocasião, encontro com jornalistas na sede da poderosa Fiesp, Josué disse não ver sentido na autonomia do Banco Central quando sua presidência é ocupada por alguém de claro posicionamento político, corrompendo assim o viés técnico de sua posição.

Reações semelhantes, diante da decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) de manter a taxa Selic em 10,5% ao ano, ocorreram também nos estados, inclusive em Minas. Para a Federação das Indústrias de Minas, por exemplo, a situação coloca em alerta os agentes econômicos, uma vez que a capacidade produtiva é diretamente afetada. Já a Associação Comercial de Minas cuidou de lembrar que a política restritiva é mantida sem sinais de alteração, enquanto nos Estados Unidos os sinais são contrários, o que não parece fazer o menor sentido. "Também são necessárias alternativas que minimizem os impactos para o setor, que é a mola propulsora da economia do País", acrescenta a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais.

Evidencia-se que a questão no seu todo perdeu por completo a natureza técnica para ajudar a alimentar questões políticas que não deveriam caber neste espaço. E muitíssimo bem caracterizadas muito mais pelo comportamento do presidente do BC, que assume impropriamente suas escolhas conforme foi percebido também no imobilismo diante da recente flutuação do câmbio, esta sim ameaça real ao recrudescimento da inflação, desculpa preferida para que os juros no Brasil prossigam entre os mais elevados no planeta. Curiosamente, os mesmos empresários que reclamam da situação e apontam suas consequências silenciam diante da evidente contaminação do Banco Central, cuja independência transformou-se numa espécie de dogma. E ninguém se lembra de indagar como, porque e para quem ela deva existir, muito menos de apurar quem ganha e quem perde com os juros mantidos nos patamares em que se encontram.

Claramente não há como dissociar os dois pontos e cabe ao empresariado brasileiro, tão duramente afetado, fazer ver que é necessário e urgente mudar a rota.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJOR

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Saldo da balança comercial tem alta de 9,2%

COMÉRCIO EXTERIOR No acumulado de janeiro a julho, valor chegou a US$ 15,4 bilhões no Estado, segundo Mdic; café e minério representam mais de 50% da pauta mineira

THYAGO HENRIQUE

No acumulado dos sete primeiros meses deste ano, o saldo da balança comercial de Minas Gerais chegou a US$ 15,4 bilhões, o que representa um crescimento de 9,2% em comparação ao mesmo intervalo do exercício passado. No período, as exportações somaram US$ 24,5 bilhões, com aumento de 6,1%, e as importações totalizaram US$ 9,1 bilhões, com pequena elevação de 1,1%.

Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/Mdic) e constam em um painel interativo da Fundação João Pinheiro (FJP). A ferramenta visa ajudar gestores na criação de políticas públicas com base em evidências e expandir as chances de análise da composição e dos fluxos do comércio exterior do Estado.

Entre janeiro e julho, conforme informações da instituição de pesquisa e ensino, as exportações de minério de ferro subiram 14,3% e as de café, 34,5%, contribuindo para o resultado final dos embarques. Os produtos destacados representaram, juntos, mais de 50% da pauta mineira.

Na outra ponta, a alta de 14,4% das compras de máquinas e equipamentos mecânicos foi o que contribuiu para o avanço das importações. Segurando o resultado, as aquisições de combustíveis minerais, produtos químicos e automóveis caíram 11,8%, 26,3% e 6,3%, respectivamente.

Saldo de julho - Apenas no sétimo mês de 2024, o saldo da balança comercial mineira atingiu US$ 2,1 bilhões, indicando um aumento de 4,8% em relação a julho de 2023. Os dados também mostram que, no período, os embarques totalizaram US$ 3,6 bilhões, com crescimento de 12,8%, e as importações chegaram a US$ 1,6 bilhão, o que equivale a uma elevação de 25,2%.

Em julho, as exportações de minério de ferro, café e soja apresentaram respectivas altas de 19,4%, 48,4% e 30,2%, colaborando para o resultado dos embarques – o Estado foi o segundo maior exportador do País, com participação de 11,8%. Por outro lado, as remessas de produtos siderúrgicos recuaram 15,3% e as de açúcares, 3,7%. Esses cinco itens juntos corresponderam a mais de 70% da pauta mineira do mês, com destaque para a participação do mineral, com 35,4%.

Nesse mesmo recorte, segundo a FJP, as importações de máquinas e equipamentos subiram 21,9%, automóveis, 15,1%, máquinas e aparelhos elétricos, 3,3%, produtos químicos orgânicos, 59,5% e adubos, 7,3%. Os cinco produtos alcançaram quase 50% do valor total importado.

Principais parceiros - De acordo com a Fundação João Pinheiro, os principais destinos das exportações e origem das importações de Minas Gerais foram a China e os Estados Unidos. A participação dos chineses nos embarques do Estado chegou a 44,1% em julho, e a dos americanos somou 8,7%.

Do lado das compras, o primeiro país correspondeu a 25,1% do total, enquanto o segundo, 10,5%.

"Nos sete primeiros meses do ano, as exportações de minério de ferro tiveram avanço de 14,3%"

Entre janeiro e julho, exportações de café tiveram avanço de 34,5% FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

País também registra resultado positivo

No Brasil, os resultados também foram positivos. O saldo da balança comercial brasileira chegou a US$ 49,6 bilhões nos sete primeiros meses do ano, com US$ 198,2 bilhões em exportações e US$ 148,6 bilhões em importações. Apenas em julho, o superávit foi de US$ 7,6 bilhões, sendo US$ 30,9 bilhões de vendas ao mercado exterior e US$ 23,3 bilhões de compras.

Tanto no mês quanto no ano, os embarques bateram recorde. As remessas foram impulsionadas por itens da agricultura, como soja e café, da indústria extrativa – minério de ferro – e da indústria de transformação, especialmente açúcares, carne bovina e aço. Já as importações subiram em ambas comparações, com destaque para os bens de capital. **(TH)**

Apreensão entre agentes aduaneiros

MARCO AURÉLIO NEVES

Os despachantes aduaneiros de Minas Gerais estão apreensivos com as mudanças previstas nas importações. Atualmente, as operações de importação são realizadas pelo sistema Siscomex LI/DI. A partir de outubro, serão feitas por meio da Declaração Única de Importação (Duimp) no Portal Único de Comércio Exterior.

Um atraso do Estado na transição dos sistemas pode prejudicar o comércio exterior mineiro, mas o presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Minas Gerais (SAD-MG), Marcelo Belisário, afirma que o governo estadual garantiu aos despachantes que conseguirá a migração em tempo hábil. Além disso, ele aponta que o setor também enfrenta desafios com as oscilações da taxa de câmbio e os conflitos mundiais, que encarecem os custos com frete.

O Programa Portal Único de Comércio Exterior, do governo federal, objetiva atender com mais eficiência às demandas do comércio exterior, com redução da burocracia, do tempo e dos custos nas exportações e importações do País.

Belisário acredita em uma melhoria substancial, já que todos os agentes envolvidos no comércio exterior, dos setores público e privado, estarão na mesma plataforma. Mas nem todo mundo já se adequou. "Há uma preocupação muito grande hoje com essa virada de chave, porque ainda há muitos problemas nesses sistemas e nem todos os órgãos estão totalmente preparados", disse.

A preocupação se dá, explica Belisário, porque a Receita Federal afirmou que os estados que não se adequarem ao novo sistema até outubro terão de fazer os processos de forma manual, o que atrasaria muito o desembaraço aduaneiro. A Receita revelou que há cinco estados adiantados para a migração, sem que Minas estivesse entre eles. "Em Minas Gerais, nós temos uma preocupação maior, porque dependemos muito dos portos, necessariamente, quando nossas cargas marítimas são transitadas para os portos-secos. Somos muito dependentes e o Estado já começa sempre atrás. Então, é mais um motivo para que Minas se torne bastante ágil", declara Belisário.

O presidente do SAD-MG revela que, em reunião com o sindicato, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF-MG) garantiu que, até outubro, estará integrada ao Portal Único do Comércio Exterior. As mudanças na operação de importação, ressalta Belisário, também impactam as exportações, já que as empresas exportadoras importam insumos, matéria-prima e equipamentos.

Taxa de câmbio e conflitos mundiais - Para além da migração de sistemas, o desafio de mais eficiência importa para fazer o desembaraço das exportações e importações mineiras acontecer dentro do Estado e movimentar a economia local com agentes de carga, transportadores e despachantes.

"A carga que não chega com facilidade acaba gerando essa perspectiva, às vezes, do cliente querer fazer a operação fora daqui, por entender que é mais rápido. Nós temos que fazer com que demonstre que aqui o custo é mais baixo ainda", aponta Belisário.

No primeiro semestre de 2024, as exportações mineiras alcançaram US$ 20,7 bilhões, um aumento de 4,2% frente ao mesmo período de 2023 (US$ 19,9 bi). Já as importações movimentaram US$ 7,5 bilhões, recuo de 2,8% em relação aos primeiros seis meses do ano anterior (US$ 7,7 bi).

O resultado foi um superávit semestral de US$ 13,2 bilhões, alta de 8,8% na comparação ano a ano. Marcelo Belisário credita o crescimento ao aumento da produção, já que a cotação das *commodities* no exterior não está elevada. Ele espera um segundo semestre com um crescimento ainda melhor, mas observa questões internas quanto externas. "As oscilações das taxas de câmbio prejudicam bastante e essas questões geopolíticas fora do Brasil, essas guerras, também", pontua.

A oscilação do dólar frente ao real causa incerteza no custo total da operação. Já os conflitos mundiais fazem os navios buscarem outros trajetos, que encarecem os fretes. Por conta disso, o setor aduaneiro procura alternativas como o *hedge cambial*, que trava a cotação do dólar em contratos futuros, e o *break bull*, transporte em que cargas de grande dimensão são transportadas individualizadas, fora do contêiner.

PENSANDO O FUTURO

PAULO VICENTE

Professor da Fundação Dom Cabral

O mito de crescimento exponencial

Muitas projeções futuras de avanço tecnológico partem do pressuposto de que certas tecnologias avançam "exponencialmente". De maneira similar, muitas projeções de crescimento de vendas de um produto novo por empresas iniciantes (startups) também usam modelos "exponenciais".

O problema disso é que crescimento exponencial só existe na matemática. No mundo real, tal crescimento esbarra em algum limitador físico, seja do número existente de consumidores, tamanho de componentes ou acesso a matérias-primas, logística, mão de obra e energia.

Isso fez com que projeções de crescimento tecnológico exponencial do passado se mostrassem inverídicas. E ao mesmo tempo empresas cujos planos de negócios esperavam atingir certos patamares elevados de receitas exponenciais fossem frustrados.

No mundo real o desenvolvimento de uma tecnologia segue regras muito bem exploradas nas últimas décadas, tais como curvas de aprendizado com retornos decrescentes. Tais modelos derivam ou de cálculos baseados nas curvas normais da estatística ou de curvas de modelos diferenciais de sistemas superamortecidos.

Como não desejo entrar na matemática mais complexa, a melhor

"No mundo real o desenvolvimento de uma tecnologia segue regras muito bem exploradas nas últimas décadas, tais como curvas de aprendizado com retornos decrescentes. Tais modelos derivam ou de cálculos baseados nas curvas normais da estatística ou de curvas de modelos diferenciais de sistemas superamortecidos"

forma de explicar é uma curva chamada de ciclo de vida de produto. Normalmente dividida entre quatro fases: introdução, crescimento, maturidade e declínio. Tal curva pode ser encontrada em qualquer curso de marketing.

Nas fases de introdução e crescimento a demanda parece se comportar como uma curva exponencial, o que engana muitos investidores, empreendedores, analistas e executivos. Isso ocorre pelo fato de o mercado estar descobrindo um novo produto ou marca.

Um outro modelo que ajuda a entender isso é a curva de adoção que classifica os clientes em cinco grupos: inovadores, adotantes iniciais, maioria inicial, maioria tardia e retardatários. Tal modelo se baseia na curva normal da estatística com porcentagens bem definidas para cada grupo.

No avanço tecnológico o fenômeno é similar, pois um campo de conhecimento é descoberto de maneira análoga a uma curva normal. Isso gera uma curva de conhecimento acumulado que é idêntica a curva acumulada da normal, também chamada de curva em "S".

Por isso, o leitor deve ter muito cuidado ao analisar planos de negócios, business cases, e projeções tecnológicas que envolvam "crescimento exponencial". Tais projeções estão necessariamente erradas, e devem ser remodeladas usando a matemática e modelos apropriados.

Australiana St. George compra ativo em Araxá

MINERAIS CRÍTICOS **Empresa adquiriu 100% do projeto de mina e planta de extração de nióbio e terras-raras no município com potencial de desenvolvimento**

THYAGO HENRIQUE

A mineradora australiana St. George Mining fechou acordo para comprar 100% do ativo Araxá, um projeto planejado de mina e planta de extração de nióbio e terras-raras com potencial de desenvolvimento. A americana produtora de fosfato e fertilizantes especiais Itafos Inc. receberá US$ 21 milhões pela venda, além de ações que totalizam 10% do capital social da compradora.

A transação está sujeita à conclusão ou renúncia de certas condições até 3 de novembro. A expectativa é de que o negócio seja concluído no fim do mês de setembro ou início de outubro.

De acordo com os termos do contrato, os títulos ordinários serão emitidos após o fechamento da operação. Já os pagamentos em dinheiro vão ser divididos da seguinte forma: US$ 10 milhões no fechamento da operação, US$ 6 milhões nove meses após e US$ 5 milhões 18 meses depois.

O ativo Araxá está localizado em área adjacente à operação da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), empresa mineira e líder do mercado de nióbio, respondendo por cerca de 80% da produção mundial. Ele também está próximo à mina de fosfato da americana Mosaic Company, uma das maiores produtoras de fertilizantes fosfatados e potássio do mundo.

Informações da atual proprietária indicam que a área de concessão do projeto cobre cerca de 226 hectares. A Itafos ainda diz que o empreendimento poderá ter uma capacidade inicial de produção de 700 mil toneladas de óxido de nióbio por ano e de 8,7 milhões de óxidos de terras-raras.

> **"Minas é uma jurisdição de mineração de primeira classe e estamos entusiasmados em adicionar um projeto de alta qualidade no Brasil"**
>
> John Prineas

Player global de nióbio - Em comunicado ao mercado, a futura proprietária afirma que o ativo Araxá possui recursos de alta qualidade. A St. George destaca que perfurações históricas identificaram uma extensa mineralização de nióbio, terras-raras e até mesmo fosfato no local. O presidente executivo da mineradora, John Prineas, se mostra entusiasmado com as possibilidades da aquisição.

O gestor disse que o projeto está situado em uma das regiões mais importantes do mundo para a produção de nióbio. E realçou que isso representa uma grande oportunidade para a companhia se tornar um *player* global no mercado desse tipo de minério, ressaltando que a localização do empreendimento oferece vantagens relevantes para o desenvolvimento e a exploração do recurso.

Prineas ressaltou o fato de que já foram encontrados recursos minerais com altos teores na área do projeto, proporcionando uma base sólida para o rápido progresso da empresa. O executivo também destacou que a mineralização começa na superfície e se estende por todas as direções, o que sugere um potencial significativo para a descoberta de mais recursos. De acordo com ele, menos de 10% da concessão de Araxá foi efetivamente perfurada e a perfuração foi limitada.

"Minas Gerais é uma jurisdição de mineração de primeira classe e estamos entusiasmados em adicionar um projeto de alta qualidade no Brasil ao nosso atraente portfólio de exploração de projetos de minerais críticos na Austrália Ocidental", afirmou o presidente da St. George.

Para financiar a aquisição, acelerar a exploração no ativo Araxá e aumentar capital de giro, a mineradora recebeu compromissos de investidores para levantar US$ 21,25 milhões por meio de uma colocação de 850 milhões de ações ordinárias a US$ 0,025 por ação. O executivo enfatizou que isso traz suporte para que a companhia possa alavancar com um projeto que já está avançado e se estabeleça como uma empresa relevante no mercado de nióbio, bem como no de terras-raras.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

ULTRAFÉRTIL S.A.
CNPJ/MF nº 02.476.026/0001-36 - NIRE 3130011503-8 - Companhia Fechada
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam os senhores acionistas da Ultrafértil S/A, ("Companhia"), localizada na Rua Sapucaí, nº 383, 7º andar - Parte, no Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP nº 30.150-904, convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a se realizar no dia 14 de agosto de 2024, às 10:00h (horário de Brasília), de forma virtual, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, § 2º - A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S/A"), regulamentados pela Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a) Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. "Deliberar sobre (i) a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia e objeto de distribuição pública, pelo rito automático de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") , do artigo 59 da Lei das S.A., e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (ii) a ratificação de todos os atos e a autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da Emissão e da Oferta Restrita. Os documentos e informações relativos as matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, bem como demais documentos relevantes para o exercício do direito de voto dos Acionistas serão enviados previamente e ficarão disponíveis para quaisquer consultas adicionais. Belo Horizonte, 05 de agosto de 2024. **Conselho de Administração da Ultrafértil.**

HOSPITAL MATER DEI S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM nº 02569-0
CNPJ nº 16.676.520/0001-59 - NIRE 31.300.039.315
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DO HOSPITAL MATER DEI S.A. (<COMPANHIA OU EMISSORA=), EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO
1. Data, hora e local: Realizada em 08 de julho de 2024, às 15 horas, exclusivamente de modo digital e remoto, por meio da plataforma Zoom (<Plataforma Digital=), nos termos dos artigos 71 e 124, parágrafo 2°-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (<Lei das S.A.=) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (<CVM=) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (<Resolução CVM 81=), sem prejuízo da utilização da instrução de voto a distância como instrumento para exercício do direito de voto pelos debenturistas titulares das debêntures em circulação objeto da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Emissora (<Debenturistas=, <Debêntures= e <Emissão= respectivamente). Conforme o parágrafo 2º do artigo 71 da Resolução CVM 81, esta assembleia geral (<Assembleia=) foi considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na rua Mato Grosso, no 1.100, Bairro Santo Agostinho, CEP 30190-081. **2. Convocação:** A assembleia geral (<Assembleia=) foi convocada nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., da Resolução CVM 81, e do *<Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, do Hospital Mater Dei S.A.=*, celebrado em 13 de outubro de 2021 e aditado em 04 de novembro de 2021, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (<Instrumento de Emissão= e <Agente Fiduciário=, respectivamente), mediante publicação do edital de convocação no jornal <Diário do Comércio=, nas edições de 15 a 17, 18 e 19 de junho de 2024. Os demais documentos necessários ao exame das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia convocada para ocorrer na data de hoje foram postos à disposição dos titulares das Debêntures, por meio da disponibilização da Proposta da Administração referente à Assembleia (<Manual=), no *site* da Emissora (ri.materdei.com.br), bem como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<B3=) (www.b3.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), para exame pelos Debenturistas. **3. Presença:** Presentes Debenturistas representativos de 93,40% das Debêntures em circulação da Emissão (<Debêntures em Circulação=), correspondentes a 653.803 Debêntures em Circulação, conforme se verifica (i) pelas instruções de voto a distância válidas recebidas e (ii) pelas presenças registradas na Plataforma Digital. Em razão do quórum verificado, será instalada a Assembleia, nos termos da Cláusula 9.4 do Instrumento de Emissão. **4. Composição da mesa:** Presidente: Rafael Cardoso Cordeiro; Secretário: Thadeu Cardoso Henriques Botelho. **5. Ordem do dia:** **(i)** Consentimento prévio para a alienação de ações de titularidade da Emissora, de emissão da Centro Saúde Norte S.A., conforme Fato Relevante divulgado pela Emissora no dia 30 de maio de 2024 (<Operação Permitida=) e, consequentemente, a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.1.2, item <(f)= do Instrumento de Emissão; **(ii)** Consentimento prévio para que o conceito de <EBITDA= previsto na Cláusula 6.1.8 do Instrumento de Emissão e adotado para os fins previstos no Instrumento de Emissão, não considere os efeitos da Operação Permitida para fins de sua apuração, nos quatro trimestres subsequentes ao fechamento da Operação Permitida (<Dispensa Temporária EBITDA=). Em caso de aprovação deste item 2 da Ordem do Dia, fica certo que após findo o período de Dispensa Temporária EBITDA, o conceito de <EBITDA= voltará a ser considerado como previsto na Cláusula 6.1.8 do Instrumento de Emissão; **(iii)** Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações previstas nos itens acima. **6. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, o Presidente colocou em votação os itens da Ordem do Dia, tendo sido tomadas pelos Debenturistas as seguintes deliberações: **6.1.** aprovação por Debenturistas representando 93,40% das Debêntures em Circulação, tendo sido registrados 653.803 votos a favor do consentimento prévio para a alienação de ações de titularidade da Emissora, de emissão da Centro Saúde Norte S.A. (Operação Permitida) e, consequentemente, a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.1.2, item <(f)= do Instrumento de Emissão. Não foram registrados votos contra ou abstenções. **6.2.** aprovação por Debenturistas representando 93,40% das Debêntures em Circulação, tendo sido registrados 653.803 votos a favor do consentimento prévio para que o conceito de <EBITDA= previsto na Cláusula 6.1.8 do Instrumento de Emissão e adotado para os fins previstos no Instrumento de Emissão, não considere os efeitos da Operação Permitida para fins de sua apuração, nos quatro trimestres subsequentes ao fechamento da Operação Permitida (Dispensa Temporária EBITDA). Não foram registrados votos contra ou abstenções. Fica certo que após findo o período de Dispensa Temporária EBITDA, o conceito de <EBITDA= voltará a ser considerado como o previsto na Cláusula 6.1.8 do Instrumento de Emissão. **6.2.1.** apenas para fins de esclarecimento, considerar-se-á como efeitos da Operação Permitida: o efeito da venda do Centro Saúde Norte S.A. pela Companhia impactará o resultado e consequentemente o EBITDA da Companhia pelo valor a receber pela venda menos a baixa contábil do investimento, mais valia e ágio no Centro Saúde Norte S.A registrados no balanço da Companhia. A contabilização será realizada conforme as normas internacionais de contabilidade – IFRS, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e expedidas pela CVM. **6.3.** aprovação por Debenturistas representando 93,40% das Debêntures em Circulação, tendo sido registrados 653.803 votos a favor, da autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações previstas nos itens acima. Não foram registrados votos contra ou abstenções. *Disposições Gerais* - A Emissora informa que a presente Assembleia atendeu a todos os requisitos e orientações de procedimentos para a sua realização, conforme determina a Resolução CVM 81, em especial o seu artigo 75. Os termos com iniciais maiúsculas utilizados nesta ata de Assembleia que não estiverem aqui expressamente definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Instrumento de Emissão. As partes reconhecem que as declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou (ii) outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, nos termos do artigo 10, §1º, da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e do artigo 5º do Decreto nº 10.278/2020, reconhecendo a forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada pelo Rafael Cardoso Cordeiro (Presidente da Mesa), pelo Thadeu Cardoso Henriques Botelho (Secretário da Mesa), pela Emissora (representada por José Henrique Dias Salvador (Diretor Presidente)) e pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário, representado por Fabio Augusto Ribeiro de Souza (Procurador)). O Presidente da Mesa, nos termos do artigo 76, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81, registra a presença dos Debenturistas, conforme listados no Anexo I, arquivado na Companhia. ***Certificamos que a presente confere com a ata original lavrada em livro próprio.*** Belo Horizonte/MG, 08 de julho de 2024. **Mesa:** Rafael Cardoso Cordeiro - Presidente da Mesa; Thadeu Cardoso Henriques Botelho - Secretário da Mesa.
JUCEMG: Certifico o registro sob o nº 11875083 em 31/07/2024 e protocolo 244402035 - 18/07/2024. Efeitos do registro: 08/07/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

HOSPITAL MATER DEI S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM nº 02569-0
CNPJ/MF nº 16.676.520/0001-59 NIRE 31.300.039.315
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2024
1. Data, hora e local: Aos 08 de julho de 2024, às 10:00 horas, na sede social do Hospital Mater Dei S.A. ("Companhia"), situada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Mato Grosso, nº 1100, Bairro Santo Agostinho, CEP 30.190-081. **2. Convocação:** Edital de convocação publicado no "Diário do Comércio", nos exemplares de **(i)** 15 de junho de 2024 - página 06, **(ii)** 18 de junho de 2024 - página 05, e **(iii)** 19 de junho de 2024 – página 04, em conformidade com o artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). O Manual de Participação e Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária ("Manual" e "AGE", respectivamente) e demais documentos e informações relativos à ordem do dia foram disponibilizados no website de Relações com Investidores da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), em conformidade com a Resolução da CVM n° 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). **3. Presença e instalação:** Presentes acionistas titulares de 84,24% (oitenta e quatro vírgula vinte e quatro porcento) das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 84,84% (oitenta e quatro vírgula oitenta e quatro porcento) do capital social da Companhia e com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, constituindo, portanto, quórum legal para instalação desta Assembleia, de acordo com o disposto no artigo 135 da Lei da S.A. **4. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Henrique Moraes Salvador Silva ("Presidente"), que convidou como Secretário, o Sr. Rafael Cardoso Cordeiro ("Secretário"), na forma do parágrafo primeiro do artigo 29 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"). **5. Ordem do dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** aprovar o recebimento das ações de emissão da própria Companhia ("Ações Mater Dei"), como pagamento de parcela da contraprestação a ser recebida pela Companhia no âmbito da operação por meio da qual a Companhia se comprometeu a vender e transferir, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, 18.557.000 ações ordinárias, representativas de 70% do capital social da Centro Saúde Norte S.A, e o imediato e simultâneo cancelamento do número de Ações Mater Dei necessário para cumprimento de todos os requisitos da regulamentação aplicável, em especial o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Operação" e "Resolução CVM 77", respectivamente); **(ii)** alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, sob condição suspensiva do recebimento e cancelamento das Ações Mater Dei, para refletir o novo número total de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia; **(iii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia, sob condição suspensiva do recebimento e cancelamento das Ações Mater Dei; e **(iv)** autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários ou convenientes para a implementação das matérias aprovadas. **6. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, foi (i) dispensada a leitura do edital de convocação, do Manual e dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta AGE; (ii) esclarecido que as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentados serão numeradas, recebidas e autenticadas pelo Secretário da Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos disposto no parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei nº 6.404/76; e (iii) aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Prestados os esclarecimentos preliminares, o Sr. Presidente colocou em votação os itens da Ordem do Dia, tendo sido tomadas pelos acionistas as seguintes deliberações, registrando-se as abstenções e os votos favoráveis em cada caso: **6.1.** Aprovar, por maioria dos votos dos acionistas presentes, tendo sido registrados 294.793.415 (duzentos e noventa e quatro milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e quinze) votos a favor e 27.272.728 (vinte e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, setecentos e vinte e oito) abstenções (CSHG 2838 Fundo de Investimento Multimercado), o recebimento das Ações Mater Dei no âmbito da Operação e o imediato e simultâneo cancelamento de 24.660.627 (vinte e quatro milhões, seiscentas e sessenta mil, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias nominativas da Companhia, conforme consta da Proposta da Administração e de modo a cumprir os requisitos da regulamentação aplicável, em especial o disposto na Resolução CVM 77. 6.1.1. Para fins de clareza, fica consignado que uma vez efetivada a transferência das Ações Mater Dei no âmbito da Operação, fica desde já aprovado o imediato cancelamento das 24.660.627 (vinte e quatro milhões, seiscentas e sessenta mil, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, dispensado qualquer ato ou deliberação complementar. **6.2.** Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, tendo sido registrados 322.066.143 (trezentos e vinte e dois milhões, sessenta e seis mil, cento e quarenta e três) votos a favor, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, sob condição suspensiva do recebimento e cancelamento, na forma do item 6.1 acima, das Ações Mater Dei, para refletir o novo número de ações ordinárias de emissão da Companhia, em razão da aprovação da deliberação anterior, passando o artigo 5º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º*** *- O capital social da Companhia é de R$1.355.181.784,70 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos) divididos em 357.699.194 (trezentos e cinquenta e sete milhões, seiscentas e sessenta e nove mil, cento e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas*". **6.3.** Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, tendo sido registrados 322.066.143 (trezentos e vinte e dois milhões, sessenta e seis mil, cento e quarenta e três) votos a favor, a consolidação do Estatuto Social do Companhia, sob condição suspensiva do recebimento e cancelamento, na forma do item 6.1 acima, das Ações Mater Dei, de forma a refletir a alteração do artigo 5º, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar na forma do **Anexo I**, que é parte integrante desta ata. **6.4.** Aprovar, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, tendo sido registrados 322.066.143 (trezentos e vinte e dois milhões, sessenta e seis mil, cento e quarenta e três) votos a favor, a autorização para que a administração da Companhia pratique todos os atos necessários ou convenientes para a implementação das matérias aprovadas. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada e assinada, pelos acionistas presentes, pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa. Mesa: Henrique Moraes Salvador Silva – Presidente; Rafael Cardoso Cordeiro – Secretário. Acionistas Presentes: JSS EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRACAO LTDA, p.p José Salvador Silva, JOSÉ HENRIQUE DIAS SALVADOR, HENRIQUE MORAES SALVADOR SILVA, RENATA SABINO SALVADOR GRANDE, LARA SALVADOR GEO, GUY SALVADOR GEO, p.p Márcia Salvador Geo, MARCIA SALVADOR GEO, FELIPE SALVADOR LIGORIO, FLAVIA SALVADOR LIGORIO BRAGA, p.p Felipe Salvador Ligorio, MARIA NORMA SALVADOR LIGORIO, LIVIA SALVADOR GEO, p.p Márcia Salvador Geo, JULIA DIAS SALVADOR, p.p Henrique Moraes Salvador Silva, RENATO MORAES SALVADOR SILVA, p.p Renata Sabino Salvador Grande, RAFAEL SABINO SALVADOR, p.p Renata Sabino Salvador Grande, ALASKA PERMANENT FUND, p.p Ricardo Gimenez, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME, p.p Ricardo Gimenez, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, p.p Ricardo Gimenez, NORGES BANK, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD FUNDS PLC / VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC / VANGUARD ESG EMER, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, p.p Ricardo Gimenez, IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE, p.p Ricardo Gimenez, IT NOW SMALL CAPS FUNDO DE INDICE, p.p Ricardo Gimenez, ITAU GOVERNANCA CORPORATIVA ACOES - FUNDO DE INVESTIMENTO, p.p Ricardo Gimenez, ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, p.p Ricardo Gimenez, ITAU QUANTAMENTAL GEMS MASTER ACOES FI, p.p Ricardo Gimenez, ITAU SNIPER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, p.p Ricardo Gimenez, WM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, p.p Ricardo Gimenez, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, p.p Ricardo Gimenez, CSHG 2838 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, p.p Pedro Rocha Ferreira, BOSSA NOVA FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, p.p Carolina Penna Carvalho, SQUADRA MASTER LONG BIASED FIA, p.p Carolina Penna Carvalho, SQUADRA MASTER LONG ONLY FIA, p.p Carolina Penna Carvalho, SQUADRA HORIZONTE FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, p.p Carolina Penna Carvalho, FPRV SQA SANHACO FIA PREVIDENCIARIO, p.p Carolina Penna Carvalho, FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES RVA EMB IV, p.p Carolina Penna Carvalho, SQUADRA MASTER IVP FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, p.p Carolina Penna Carvalho, SQUADRA INST FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, p.p Carolina Penna Carvalho, SQUADRA PREV MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, p.p Carolina Penna Carvalho, GROUPER EQUITY L.L.C, p.p Carolina Penna Carvalho, SNAPPER EQUITY L.L.C, p.p Carolina Penna Carvalho, SV2 EQUITY LLC, p.p Carolina Penna Carvalho, SV4 EQUITY LLC, p.p Carolina Penna Carvalho, Belo Horizonte, 08 de julho de 2024. **Certificamos que a presente confere com a ata original lavrada em livro próprio.** Henrique Moraes Salvador Silva - Presidente; Rafael Cardoso Cordeiro – Secretário.
JUCEMG: Certifico o registro sob o nº 11858906 em 24/07/2024 e protocolo 244352941 - 22/07/2024. Efeitos do registro: 08/07/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

ECONOMIA PARA TODOS

Guilherme Almeida

Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG

Impacto global do *carry trade*

Essa semana começou nebulosa para os mercados financeiros de todo o mundo. Bolsas de economias avançadas e emergentes abriram e encerraram os pregões no vermelho. Diante disso, não faltavam explicações sobre o porquê do "mar de sangue": seria decorrente dos sinais de uma possível recessão nos EUA? Da escalada da guerra no Oriente Médio? Da elevação do risco político em todo o mundo? Eu diria que um pouco de tudo, mas acrescentaria algo: o carry trade.

De forma direta, carry trade é uma forma de arbitragem. É especular com moedas e juros em países diferentes. Em uma explicação mais completa, o carry trade é uma estratégia de investimento que envolve tomar empréstimos em uma moeda com taxas de juros baixas e usar os recursos obtidos para investir em uma moeda com taxas de juros mais altas. O objetivo é lucrar com a diferença entre as taxas. Essa técnica é comum no mercado de câmbio e usada tanto por investidores institucionais quanto pessoas físicas.

A relevância do carry trade está na sua capacidade de gerar retornos consistentes e previsíveis. Em um cenário econômico onde as taxas de juros são baixas em uma moeda e altas em outra, o carry trade pode oferecer uma oportunidade atraente de lucro. Os investidores se beneficiam não apenas da diferença nas taxas de juros, mas também das possíveis variações nas taxas de câmbio entre as moedas envolvidas. E é isso que vem ocorrendo há, pelo menos, duas ou três décadas com o Japão e o resto do mundo.

O Japão é conhecido como o país do juro zero – e, em muitas ocasiões, do juro negativo. Era considerado um paraíso para investidores que queriam utilizar-se do carry trade para obter ganhos no mercado mundial. Pegava-se dinheiro emprestado no país do sol nascente, a um custo pífio ou inexistente, e investia-se em países com taxas de juros mais elevadas, obtendo um retorno – praticamente todo o resto do mundo e, especialmente, no Brasil; afinal, se tem algo que virou praticamente um animal de estimação é o nosso juro alto.

Estima-se que o volume de operações de carry trade no Japão estava entre US$ 3 e US$ 4 trilhões. Mas aí, o caldo entornou. Se antes o país asiático tinha juro zerado ou próximo a isso, o Banco Central de lá (BoJ) resolveu elevar sua taxa básica para 0,25%. Ademais, a autoridade monetária japonesa sinalizou que pretende continuar com uma política monetária contracionista, com maiores intervenções no câmbio, buscando valorizar ainda mais o iene. Com o aumento dos juros e o fortalecimento da moeda japonesa, o custo das operações cresceu, forçando investidores a liquidar ativos para quitar suas dívidas em iene.

Creio que esse episódio reforça a noção de que, em um mundo cada vez mais conectado e globalizado, ações isoladas reverberam por todas as economias. A elevação dos juros no Japão altera dinâmicas de investimento global, evidenciando a interdependência dos mercados financeiros.

Indústria do aço está otimista com segundo semestre no País

SIDERURGIA Perspectivas de aumento no consumo e efeitos da medida para barrar importações estão entre fatores que devem melhorar cenário brasileiro

RAFAEL TOMAZ, Editor, de São Paulo

Os executivos da indústria do aço no Brasil estão otimistas com o desempenho neste segundo semestre. Além da expectativa do aumento no consumo, os efeitos da medida para barrar as importações estão entre os fatores que devem melhorar o cenário. Porém, representantes do setor destacam desafios para assegurar o desenvolvimento sustentável. As perspectivas para o restante do ano e para 2025 foram discutidas entre CEOs de grandes companhias brasileiras no encerramento do Congresso Aço Brasil, ontem, em São Paulo.

O presidente da ArcelorMittal Brasil, Jefferson de Paula, aponta que, entre os fatores que podem impulsionar o setor, está a perspectiva de melhora na demanda da construção civil, que deve crescer até 2,5% no 2º semestre, além de obras de infraestrutura. "Não vai ser um ano brilhante, mas será razoável e melhor que 2023", disse. Já com relação a 2025, na avaliação dele, o consumo aparente deve crescer 2%, bem como o PIB. "Vamos andar de lado, será mais ou menos como em 2024", disse.

Também otimista, o presidente da Usiminas, Marcelo Chara, apontou as expectativas de aumento nas vendas de veículos na segunda metade do ano. As projeções são de um incremento de cerca de 15% no período. Para o próximo exercício, Chara estima um cenário ainda desafiador.

Importação – Os executivos demonstraram esperança na redução das importações de aço, uma vez que entraram em vigência as cotas de importação de produtos siderúrgicos. A medida era um dos pleitos do setor, que negociou por meses com o governo federal.

A CEO da Aço Verde do Brasil (AVB), Silvia Nascimento, otimista, mas ainda cautelosa, lembrou que o 1º semestre foi negativo: consumo cresceu pouco e as importações ainda avançaram de forma significativa. Dessa forma, mesmo que as cotas consigam frear os desembarques, o mercado brasileiro ainda encerrará o ano com um volume considerável de produtos estrangeiros.

Dados do Instituto Aço Brasil apontam que os desembarques subiram 23,7% em volume entre janeiro e junho frente ao mesmo período de 2023, ano em que as compras externas bateram recorde.

O CEO da Gerdau, Gustavo Werneck, voltou a defender a decisão do governo de taxar as importações, mas afirmou que o foco, agora, após meses de esforço da indústria, são os resultados práticos. Ele cobrou também novas medidas. "Defesa comercial é muito mais do que já foi feito", lembrou. Ações de *antidumping*, por exemplo, estão entre as iniciativas do setor para evitar uma concorrência predatória no Brasil.

Política industrial – Por fim, os executivos comentaram a política industrial do governo Lula, com o anúncio da Nova Indústria Brasil (NIB), que pretende reindustrializar o País. O CEO da ArcelorMittal Brasil, Jefferson de Paula, foi crítico à forma como o plano foi lançado, apesar de fazer uma avaliação positiva. "O NIB é bom na teoria, mas não vi nenhuma meta ou cronograma", disse.

Na avaliação dele, um dos desafios é levar adiante os planos elaborados pelos governos no Brasil para alcançar os resultados esperados e promover crescimento econômico. Ele citou também o Novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que, em sua avaliação, não decolou.

Mais otimista, o CEO da Gerdau, Gustavo Werneck, destacou que o NIB ataca um dos principais gargalos para o crescimento do setor produtivo, o chamado Custo Brasil. Ele lembrou que a ineficiência já custa 22% do PIB brasileiro, alcançando R$ 1,7 trilhão ao ano para o País. **(O jornalista viajou a convite do Instituto Aço Brasil)**

Isa Cteep já pode iniciar obras no Norte de Minas

LINHAS DE TRANSMISSÃO Com investimentos de R$ 3,7 bilhões, a empresa vai implementar o projeto Piraquê, considerado fundamental para a expansão da capacidade de escoamento de energia na região

THYAGO HENRIQUE

A Isa Cteep, uma das empresas líderes no setor de transmissão de energia elétrica do Brasil, já pode começar as obras do projeto Piraquê, considerado fundamental para a expansão da capacidade de escoamento da energia renovável no Norte de Minas Gerais. Com investimento previsto de R$ 3,7 bilhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 326 milhões no ciclo 2024-2025, o empreendimento tem previsão de entrega para até setembro de 2027.

É que a companhia anunciou, nesta semana, que recebeu a licença prévia concomitante com as licenças de instalação e operação do projeto. O licenciamento ambiental foi emitido pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), entidade que está vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad).

O Piraquê está concentrado em Minas Gerais e possui instalações no Espírito Santo. O empreendimento consiste na construção de oito linhas de transmissão, totalizando 938 quilômetros (km) de extensão, e de duas novas subestações, além da ampliação de seis existentes.

Com as licenças, a Isa Cteep está autorizada a dar início às intervenções no território mineiro. No Estado serão mais de 850 km de novas linhas de transmissão, duas novas subestações (Janaúba 6 e Capelinha 3) e expansão de três subestações (Jaíba, Janaúba 3, Governador Valadares 6).

Segundo o diretor-executivo de projetos da empresa, Dayron Urrego, o Piraquê deve gerar mais de sete mil empregos diretos e indiretos durante a construção e vai viabilizar uma relevante conexão para a geração renovável em Minas Gerais. Ele recorda que os mineiros já são líderes na geração de energia solar e respondem por mais de um quinto da produção no País inteiro.

O empreendimento consiste na construção de oito linhas de transmissão, totalizando 938 quilômetros de extensão, e de duas novas subestações FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

> **"Também viabilizará a conexão de futuros empreendimentos de transmissão que proporcionarão ainda mais robustez e confiabilidade ao sistema elétrico mineiro e nacional"**
>
> Dayron Urrego

"Também viabilizará a conexão de futuros empreendimentos de transmissão que proporcionarão ainda mais robustez e confiabilidade ao sistema elétrico mineiro e nacional", destacou.

Atuação - A Isa Cteep é formada por 1,6 mil colaboradores e atua em 18 unidades federativas, incluindo Minas Gerais, operando uma rede de transmissão por onde trafega cerca de 30% de toda a energia elétrica transmitida no Brasil. O sistema da empresa tem mais de 31 mil km de circuitos, aproximadamente 28 mil em operação e 3,4 mil em construção, que abrangem ativos próprios e controlados em conjunto, e 137 subestações próprias, 129 em operação e oito em construção.

A companhia de capital aberto encerrou o primeiro semestre de 2024 com lucro líquido regulatório de R$ 834,8 milhões. A cifra representa um crescimento de R$ 267,6 milhões, ou 47,2%, em relação ao registrado nos primeiros seis meses do exercício passado.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

CNPJ/MF nº 48.127.008/0001-40 – NIRE 31.300.149.919

Ata de Assembleia Geral Extraordiniária realizada em 17 de julho de 2024

I. Data, Horário e Local: 17/07/2024, às 20:00, na sede social da Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. ("Companhia") no Município de Pouso Alegre-MG, na Rua Jandyra Beraldo Teixeira, nº 40, Bairro Fátima II. **II. Convocação e Presença:** dispensada a convocação, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia. **III. Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga e Secretário: Enio Stein Júnior. **I. Ordem do Dia:** **(i)** a aceitação da renúncia dos membros do Conselho de Administração; **(ii)** a eleição do Presidente do Conselho de Administração; **(iii)** a eleição dos novos membros do Conselho de Administração; **(iv)** a consignação da composição atual Conselho de Administração; **(v)** a reforma e a consolidação do Estatuto Social ("Estatuto Social"), em atenção às exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no âmbito do Processo SEI nº 19957.003130/2024-17, por meio do Ofício nº 132/2024/CVM/SEP/GEA-2, expedido em 24/05/2024 ("Ofício"); e **(vi)** a rerratificação da fixação da remuneração global anual dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, relacionada ao exercício social de 2024, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 16/04/2024 ("AGOE 16/04/2024"). **IV. Deliberações tomadas por unanimidade:** **(i)** Aceitar a renúncia dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: **(i)** Sr. **Marcelo Juliano Bevilaqua**, RG nº 23.519.907-2 SSP/SP, CPF/MF nº 172.808.228-51, do cargo de Presidente do Conselho de Administração; e **(ii)** Sr. **José Salim Kallab Fraiha**, RG nº 27.205.90 SSP/MG, CPF/MF nº 523.098.356-68, do cargo de membro do Conselho de Administração; conforme cartas de renúncia apresentadas à Companhia; **(ii)** Tendo em vista a vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, aprovar a eleição do Sr. **José Carlos Cassaniga**, RG nº 10.838.525-5 e CPF/MF nº 079.703.368-84, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente do Conselho de Administração ora eleito será investido em seu cargo através de termo de posse, que será lavrado em livro próprio, devendo permanecer em seu cargo até 16/04/2025, sendo permitida a reeleição; **(iii)** Eleger os seguintes membros para compor o Conselho de Administração: **(i)** Sr. **Enio Stein Júnior**, RG nº 09.376.519-6, CPF/MF nº 028.142.927-81, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** Sr. **Carlo da Silveira Framarim**, RG nº 5067299809, CPF/MF nº 755.982.210-04, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; e **(iii)** Sr. **Carlos Eduardo Auchewski Xisto**, RG nº 8191873 SSP/PR, CPF/MF nº 032.924.259-80, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Os membros ora eleitos serão investidos em seus cargos através de termo de posse, que será lavrado em livro próprio, devendo permanecer em seus cargos até 16/04/2025, sendo permitida a reeleição; e **(iv)** Em razão das eleições aprovadas no item (iii) acima, consignar a composição atual do Conselho de Administração da Companhia, cujo mandato encerrar-se-á em 16/04/2025: a) Sr. **José Carlos Cassaniga**, acima qualificado, como Presidente do Conselho de Administração; b) Sr. **Enio Stein Júnior**, acima qualificado, como membro do Conselho de Administração; c) Sr. **Carlo da Silveira Framarim**, acima qualificado, membro do Conselho de Administração; e d) Sr. **Carlos Eduardo Auchewski Xisto**, acima qualificado, como membro do Conselho de Administração. **(v)** em atenção às exigências formuladas pela CVM por meio do Ofício, a reforma e a consequente consolidação do Estatuto Social; e **(vi)** a rerratificação do valor fixado a título de remuneração global anual dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, relacionada ao exercício social de 2024, conforme descrito no item "iv", em sede de Assembleia Geral Extraordinária, da ata da AGOE 16/04/2024, de forma que ele passe a vigorar com a redação abaixo, e a ratificação integral das demais deliberações tomadas na referida AGOE 16/04/2024, que permanecem inalteradas: "Aprovaram a fixação da remuneração global anual dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia, relacionada ao exercício social de 2024, no valor de até R$2.249.581,16." **V. Encerramento**: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que foi por todos assinada. Pouso Alegre, 17/07/2024. **VI. Assinaturas: Mesa: José Carlos Cassaniga** – Presidente; **Enio Stein Júnior** – Secretário. **Acionistas Presentes: EPR 2 Participações S.A.** Por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior; **Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE** Por: Perfin Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg e Carolina Maria Rocha Freitas. **Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º.** A **Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto categoria "B", regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social e foro no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na Rua Jandyra Beraldo Teixeira, nº 40, no Bairro Fátima II, CEP 37553-575, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Sul de Minas", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021, nos termos do Contrato de Concessão a ser celebrado para prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto da Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R$ 52.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 26.000.000 ações ordinárias e 26.000.000 ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **§ 2º.** As ações preferenciais classe A: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial classe A menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial classe A, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais classe A, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial classe A menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial classe A, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas. **§ 3º.** As ações preferenciais não poderão ultrapassar número correspondente a 50% do total de ações emitidas. **§ 4º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **§ 5º.** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **§ 6º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **§ 7º.** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **§ 8º.** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º.** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º.** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% do valor devido. **Capítulo III – Assembleias Gerais. Artigo 8º.** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **§ 1º.** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente – quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente – quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **§ 2º.** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. **§ 3º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, § 1º da Lei das S.A. **§ 4º.** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **§ 5º.** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **§ 6º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10.** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: **(i)** alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas, se for o caso; (c) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e reversão de reservas; ou (d) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; **(ii)** aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia; **(iii)** deliberar sobre a alteração da destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; **(iv)** transformação do tipo societário; **(v)** fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **(vi)** registro de companhia aberta na categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(vii)** dissolução e liquidação da Companhia; **(viii)** nomeação e destituição de liquidante da Companhia; **(ix)** apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia; **(x)** participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; **(xi)** aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessões de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios; **(xii)** fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; **(xiii)** aprovar planos de remuneração referenciados em ações; **(xiv)** outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; **(xv)** deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **(xvi)** contratação de endividamento (i) em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10%, salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; **(xvii)** outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado; **(xviii)** aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xxiv) abaixo; **(xix)** criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia; **(xx)** celebrar, alterar ou rescindir quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas; **(xxi)** participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; **(xxii)** alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia); **(xxiii)** celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **(xxiv)** abandonar ou rescindir contratos de concessão; **(xxv)** outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e **(xxvi)** propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais. **Artigo 11.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, e os quóruns previstos na Lei das S.A., as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral. **Artigo 12.** O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 13.** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **§ 1º.** Os membros da administração serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim. **§ 2º.** Os membros da administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **§ 3º.** Em caso de substituição de membro da administração, o substituto completará o mandato do substituído. **§ 4º.** Todos os administradores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A. e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse. **§ 5º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração individual de cada administrador, exceto pelo previsto no artigo 10, (xii), acima. **§ 6º.** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Capítulo V – Conselho de Administração. Artigo 14.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração será composto por até 5 membros, com mandato unificado de 1 ano, permitida a reeleição. **§ 1º.** A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Conselheiros. **§ 2º.** Em caso de vacância, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **§ 3º.** O Conselho de Administração terá um presidente, que será escolhido pela Assembleia Geral. **§ 4º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho de Administração indicará o seu substituto dentre os demais Conselheiros. **Artigo 15.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário aos interesses da Companhia. **§ 1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) ou, na hipótese deste retardar a convocação, por quaisquer 2 membros do Conselho de Administração, em conjunto, mediante o envio de correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com apresentação da ordem do dia, acompanhada dos documentos pertinentes, com antecedência mínima de 5 dias úteis, em 1ª convocação, e, em 2ª convocação, com, pelo menos, 2 dias úteis de antecedência. **§ 2º.** Além de presencialmente, as reuniões do Conselho de Administração poderão, ainda, ser realizadas de forma semipresencial ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§ 3º.** O presidente do Conselho de Administração será responsável por presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar os respectivos secretários. **§ 4º.** As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas, em 1ª convocação, com a presença da maioria dos conselheiros eleitos e, em 2ª convocação, com qualquer número de conselheiros. Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **§ 5º.** As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas por unanimidade dos membros presentes à reunião do Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o voto de desempate do presidente do Conselho de Administração, salvo em relação às matérias indicadas no Artigo 16, as quais deverão ser aprovadas, cumulativamente, (i) pela maioria dos Conselheiros e (ii) pelo voto afirmativo de 2 Conselheiros indicados por acionistas que detiverem, pelo menos, 25% das ações ordinárias, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **§ 6º.** O presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) terá o voto de desempate nas deliberações do Conselho de Administração. **§ 7º.** As atas das reuniões do Conselho de Administração deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16.** No exercício de suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente, deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; **(ii)** eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições; **(iii)** fiscalizar a gestão da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; **(iv)** convocar a assembleia geral ordinária ou extraordinária, quando julgar conveniente; **(v)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; e **(vi)** escolher e destituir os auditores independentes, se houver. **Capítulo VI – Diretoria. Artigo 17.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 Diretores, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica ou com a designação que o Conselho de Administração estabelecer na sua eleição, sendo admitida a cumulação de cargos. **§ 1º.** Os Diretores terão mandato de até 3 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **§ 3º.** Compete ao Diretor Presidente superintender os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia, bem como coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria. **§ 4º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Banco Central do Brasil, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, quando houver, entidades administradoras de mercados de balcão organizado, conforme aplicável), prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil e às bolsas de valores e/ou às bolsas de valores nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM e reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia. **§ 5º.** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **§ 6º.** Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Diretor Presidente, bem assim as que lhes sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração na sua eleição. **Artigo 18.** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **§ 1º.** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **§ 2º.** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§ 3º.** As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **§ 4º.** Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os Diretores. **§ 5º.** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 19.** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria da controladora da Companhia, competindo-lhe especialmente: **(i)** cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; **(ii)** administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; **(iii)** administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; **(iv)** administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; **(v)** implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia; **(vi)** observar o orçamento anual aprovado; **(vii)** deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; **(viii)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; **(ix)** apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e **(x)** cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração ou Diretoria da controladora da Companhia. **Artigo 20.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais ou quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: **(i)** por 2 Diretores, agindo sempre em conjunto; **(ii)** por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula; **(iii)** por 2 procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou **(iv)** por 1 Diretor ou 1 procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de substabelecimento sem reservas. **Parágrafo Único.** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 Diretores, e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo VII – Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **§ 3º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 22.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VIII – Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 23.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Parágrafo Único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 24.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: **(i)** 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; **(ii)** 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e **(iii)** eventual saldo será distribuído de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. **Artigo 25.** A Companhia poderá: **(i)** levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; **(ii)** levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei das S.A.; e **(iii)** creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo IX – Liquidação. Artigo 26.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo X – Acordo de Acionistas. Artigo 27.** A Companhia observará fielmente o Acordo de Acionistas. **§ 1º.** O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas. **§ 2º.** A Companhia não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo XI – Arbitragem. Artigo 28.** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. **(i)** A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. **(ii)** A arbitragem será conduzida por 3 árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **(iii)** Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. **(iv)** Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. **(v)** A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo XII – Disposições Gerais. Artigo 29.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas. Pouso Alegre, MG, 17/07/2024. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 11868925 em 29/07/2024. Protocolo 244627258 de 25/07/2024. Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

Perspectiva é de melhoria nas rodovias de Minas

MALHA VIÁRIA Para especialistas, situação crítica pode ficar no passado graças às concessões e aos investimentos públicos; ainda assim, eles apontam que há diversos desafios

THYAGO HENRIQUE

A crítica situação da malha rodoviária de Minas Gerais pode estar com os dias contados. A esperança está ligada às concessões que envolvem as estradas mineiras e ao incremento dos aportes da administração pública nas rodovias. Especialistas apontam que o movimento tem tudo para mudar o panorama das vias, mas fazem ressalvas quanto aos desafios a serem superados.

Um recente levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT), que analisou 15,6 mil quilômetros (km) da malha de rodovias mineiras, indicou que 78,7% dos trechos pavimentados apresentavam algum tipo de problema, sendo classificados como regular, ruim ou péssimo. Outro estudo da entidade mostrou que as estradas de Minas Gerais tinham o maior número de pontos críticos (383) entre as vias analisadas em cada unidade da Federação.

Para o pesquisador do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da Universidade Federal de São Paulo (USP), Victor Medeiros, com a expansão dos investimentos públicos e privados, o cenário é otimista para uma real mudança nas condições das estradas. Também confiante, o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais (Sicepot-MG), Bruno Ligório, afirma que o quadro atual certamente mudará.

Medeiros destaca que as inversões do governo de Minas Gerais em melhorias rodoviárias, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-MG), caíram fortemente entre 2014 e 2020, com valores bem inferiores a R$ 1 bilhão investidos por ano. Entretanto, a partir de 2021, as cifras começaram a subir, chegando a mais de R$ 2 bilhões aportados em 2022 – parte das obras integram o Provias, um dos maiores pacotes de intervenções em rodovias do Estado.

Ligório enfatiza que Minas Gerais passou um bom tempo sem conseguir dar a manutenção adequada nas rodovias estaduais que não estão concedidas, o que refletiu em uma queda brusca no índice de qualidade até meados de 2023. Neste ano, contudo, o indicador está subindo, segundo ele, já mostrando uma tendência de reversão da situação da malha rodoviária mineira.

> "Ainda que o governo estadual esteja injetando mais recursos nas rodovias, os valores são insuficientes para cobrir todas as vias que cortam o Estado"

Concessões - Ainda que o governo estadual esteja injetando mais recursos nas rodovias, os valores são insuficientes para cobrir todas as vias que cortam o Estado – vale salientar que Minas Gerais tem a mais extensa malha rodoviária do Brasil. Portanto, conceder parte das estradas para a iniciativa privada, visando garantir o investimento e a manutenção dos trechos, tornou-se uma opção viável.

Pesquisa da CNT indicou que 78,7% dos trechos pavimentados em MG apresentavam algum tipo de problema, sendo classificados como regular, ruim ou péssimo FOTO: DIVULGAÇÃO / ANTT

Para o professor e coordenador do Núcleo de Infraestrutura, Supply Chain e Logística da Fundação Dom Cabral (FDC), Paulo Resende, o caminho das concessões rodoviárias, que traz aportes privados para que as estradas sejam mais modernas, produtivas e eficientes, é algo que faltou para Minas Gerais durante décadas. Contudo, isso mudou e, na avaliação dele, resultará em uma transformação da eficiência logística do Estado já nos próximos dez anos.

Cabe ressaltar que não é só o governo mineiro que tem apostado nas concessões. A União tem concedido várias rodovias federais que passam por Minas Gerais e pretende conceder, em breve, diversos outros trechos, assim como o Estado, que está desenvolvendo novos projetos.

Entre as concessões mais estruturantes, com capex elevado e atendendo regiões demandantes e movimentadas, os especialistas destacam, por exemplo, a da BR-381 e da BR-262, no âmbito federal, além dos lotes estaduais 1 (Triângulo Mineiro), 2 (Sul de Minas) e 3 (Varginha-Furnas). A concessão do Rodoanel Metropolitano e os projetos que estão em estruturação envolvendo Ouro Preto, o vetor Norte, a Zona da Mata e a região Noroeste também são citados.

Mesmo com concessões, aportes públicos devem ser mantidos

A expectativa é alta para que nos próximos anos a crítica situação das rodovias de Minas seja transformada. O integrante da Comissão Técnica de Transporte e Mobilidade da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME), Ronderson Hilário, ressalta que as concessionárias precisam realmente cumprir com as obrigações contratuais e não utilizar as rodovias apenas para cobrar pedágios. Ele também cita que é preciso fazer com que o mercado tenha interesse nas próximas concessões.

Para o presidente do Sicepot-MG, é necessário conceder mais trechos, uma vez que as concessões aumentam os investimentos nas estradas que, por sua vez, tendem a elevar a qualidade das vias. Ele salienta que 90% da malha rodoviária estadual ainda está sob gestão do DER-MG e o governo estuda transferir pelo menos mais 10% para a iniciativa privada.

"É uma tendência muito positiva essas concessões. É evidente que nem todos os trechos são passíveis de ser concedidos, pois dependem de uma equação econômico-financeira, mas tudo aquilo que for possível e passível de ser concedido é interessante que seja, porque aumenta os investimentos, melhorando significativamente a qualidade das rodovias", destacou.

O executivo reitera que as rodovias são ativos e o poder público precisa continuar injetando dinheiro em manutenção para que as estradas voltem a ter níveis de qualidade superiores. Ele frisa ainda que outro grande desafio é atrair mão de obra para executar as intervenções que são esperadas e capacitar colaboradores de todos os níveis.

O pesquisador do Made, da USP, diz que é essencial que os investimentos públicos sejam mantidos mesmo na ausência de um programa como o Provias, com parte dos recursos fruto de acordos referentes às tragédias de Brumadinho e Mariana. Ele realça que é imprescindível que os aportes privados sejam aplicados em bons projetos. **(TH)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

COMARCA DE BELO HORIZONTE. 3a VARA CÍVEL - Edital de Citação - Prazo de 20 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Ronaldo Batista de Almeida, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc... Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo n. 5193064-43.2021.8.13.0024, (OAB SP299398), Ação MONITÓRIA que EUROQUADROS INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 72.770.225/0001-38 move contra ARMANDO NACIONAIS E IMPORTADOS LTDA - CNPJ: 10.258.712/0001-69 . É o presente edital para CITAR o requerido, ARMANDO NACIONAIS E IMPORTADOS LTDA, que se encontra em local incerto e não sabido, nos termos da ação que tem por objeto a condenação do requerido ao pagamento do débito no valor de R$ 29.547,81 (Vinte e nove mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e um centavos), decorrente da inadimplência referente às notas fiscais nº 000114197, nos termos do art. 701 do CPC. Ciente de que, no mesmo prazo, poderá oferecer Embargos, por petição nos próprios autos, independente de penhora, caso em que fica suspensa a eficácia do mandado inicial. Não sendo opostos Embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo. Havendo pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, da 1ª citação, ficará isenta de custas e honorários. Registre-se que, no mesmo prazo, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de trinta por cento do débito, acrescido de custas judiciais e honorários advocatícios, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (NCPC, art. 701, § 5º c/c art. 916). Ficam os devedores cientes de que, em caso de revelia, ser-lhes-á nomeado curador especial (artigo 257, IV do NCPC). Para que chegue ao conhecimento os termos da ação, expediu-se o edital que será publicado no Diário Judiciário Eletrônico, bem como em jornal de grande circulação e afixado no átrio do Fórum. Belo Horizonte, 06 de agosto de 2024. K-08e09/08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do Estatuto, convoco os senhores diretores, sócios fundadores e beneméritos, e demais sócios participantes da ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE IRMÃ BENIGNA - AMAIBEN, para a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se na Avenida Augusto de Lima, n° 511, Sala 01 - Edificio Cassio Rezende 01 - Bairro Centro - Belo Horizonte, Minas Gerais - CEP: 30190-005, no dia 16/08/2024 às 9:30 horas em primeira convocação ou às 10 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para o fim de determinar sobre a seguinte pauta: 1°) REELEIÇÃO da Diretoria Executiva para o quadriênio 16/08/2024 a 15/08/2028; 2°) REELEIÇÃO do Conselho Fiscal para o quadriênio 16/08/2024 a 15/08/2028; 3°) Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal eleitos; 4°) Demais assuntos de interesse da Associação. Belo Horizonte 07/08/2024. Andréa Prata de Lima Silva - Presidente.

ELEIÇÕES NO SINFISCO

A Comissão Eleitoral - CE, escolhida em Assembleia Geral Ordinária do Sindicato dos Auditores Fiscais e Auditores Técnicos de Tributos Municipais de Belo Horizonte – Sinfisco, no dia 07 de agosto de 2024, vem cientificar os filiados desse sindicato que fará realizar no dia 02 de outubro de 2024, em sua sede, Av. Afonso Pena, 726, conjunto 1109 a 1112, situada no centro de Belo Horizonte, das 08:00 às 17:00 horas, as eleições para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal, triênio 2025/2027. Os registros de chapa completa para a Diretoria Executiva e de candidatura individual para o Conselho Fiscal serão recebidos, nos termos estabelecidos, por essa CE, na secretaria da sede do SINFISCO, das 08:00 às 17:00 horas, do dia 09 de agosto de 2024 até o dia 30 de agosto de 2024. Belo Horizonte, 08 de agosto de 2024. Comissão Eleitoral: Daniel Kaiser - Presidente; Vanessa Ramirez. Corrêa Anastácio Ferreira - Vice-Presidente; Charles Robson de Rezende Pimentel - Secretário.

Santander | **FRAZÃO Leilões**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 16 de setembro de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 18 de setembro de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 073154230010951 firmada em 31/08/2015, com o **Fiduciante EPAMINONDAS PEREIRA CHAVES,** inscrito no CPF/MF nº 190.742.636-15, no dia **16/09/2024** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 353.825,40** (Trezentos e Cinquenta e Três Mil e Oitocentos e Vinte e Cinco Reais e Quarenta Centavos), **o imóvel matriculado** sob nº **36.933 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Ipatinga/MG,** constituído por "Apartamento nº 303, situado no terceiro pavimento a frente e lateral direita do terreno, com uma área total construída (conf. Av. 05) de 88,636m², sendo 64,14m² de área privativa, 12,00m² de garagem e 12,496m² de área comum; integrante do "Residencial Cotty", à Rua Turquesa, no bairro Iguaçu, na cidade de Ipatinga/MG e bem assim na respectiva fração ideal de terreno equivalente a 0,08553 do lote nº 06 (seis), da quadra nº 40 (quarenta), com as seguintes confrontações e medidas: frente com a Rua Turquesa, onde mede 5,00 metros; à direita com o lote 07, onde mede 17,00 metros; à esquerda em curva pela Rua Turquesa com a Rua Magnetita, onde mede 27,84 metros e fundos com o lote 6-A, onde mede 24,00 metros; perfazendo uma área total de 330,53m²". **Cadastro Municipal:** 203.040.0006.016-0 (Av.14). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.15 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **18/09/2024**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 240.264,03** (Duzentos e Quarenta Mil e Duzentos e Sessenta e Quatro Reais e Três Centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21646_PDTEC_2837-03).

Edital de Convocação

Assembléia Geral Extraordinária da Diretoria da Cooperativa de Consumo dos Condutores de Veículos e Detentores de Patrimônio – Master Truck

Por meio deste, convoco todos os cooperados para a Assembléia Geral Extraordinária da Cooperativa de Consumo dos Condutores de Veículos e Detentores de Patrimônio – Master Truck, CNPJ: 23.425.699/0001-37 a ser realizada no dia 19 de Agosto de 2024, às 14:00 horas, na sede da Cooperativa sito Rua Major Delfino de Paula, nº 1225, Bairro São Francisco, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.255-170, em segunda chamada, com qualquer número de presentes. A Assembleia em questão será destinada a: **1 –elevação do Capital Social; 2 – reforma estatutária; 3 – outros assuntos;**

Belo Horizonte, 07 de Agosto de 2024
PAULO CESAR DE CARVALHO DIAS - Presidente da Cooperativa

Santander | **FRAZÃO Leilões**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 19 de agosto de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 21 de agosto de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010225663, firmado em 25/05/2021, com os **Fiduciantes CAROLINA MELO DE SOUZA ALVES,** maior, inscrita no CPF nº 079.338.036-79 e **MILTON MARLLON ALVES**, maior, inscrito no CPF nº 079.924.886-01, no dia 19/08/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 444.734,73** (quatrocentos e quarenta e quatro mil setecentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos), o imóvel matriculado sob nº **54.924 do Registro de Imóveis da Comarca de Varginha/MG,** constituído por "Uma casa residencial situada em Varginha, na Rua Antonio Mesquita Jardim, nº 165, Bairro Santa Luzia, com área construída de 153,85m² (Av.04) e seu respectivo terreno, lote 39 da quadra P, situado em Varginha, no Bairro Santa Luzia, com área de 200,00m², e as seguintes medidas e confrontações: 10,00m de frente para a Rua 15; 20,00m do lado direito confrontando com o lote 38; 20,00m do lado esquerdo confrontando com o lote 40; 10,00m de fundos confrontando com o lote 18". **Cadastro Municipal:** 18.133.0390-001 (Av. 04). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.07 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 21/08/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 387.473,85** (trezentos e oitenta e sete mil quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22287_SC_2793-07).

EDITAL 28ª VARA CÍVEL, COMARCA DE BELO HORIZONTE. EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 20 (vinte) dias. Processo Judicial Eletrônico nº 5115684-07.2022.8.13.0024. Autor: BANCO PAN S.A , CNPJ nº 59.285.411/0001-13 , com sede social em São Paulo, SP, na Avenida Paulista, 1374, Bairro Bela Vista, CEP: 1310100, patrocinado pela OAB/SP 149.225 e Réu: EDUARDO DEUSDEDIT JUNIOR, CPF-153.287.356-50, encontrando-se em lugar incerto e não sabido. A Dra. Tereza Conceição Lopes de Azevedo, Juíza de Direito, na forma da Lei, etc. .. faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que corre por este juízo a Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, referente ao financiamento para aquisição do bem com taxa prefixada sob n.090978574, firmado em 22/10/2024 Marca HONDA, modelo CG 160 START, chassi n.º 9C2KC2500NR018545, ano de fabricação 2021 e modelo 2022, cor PRETA, placa RTH5H20, renavam 01282389812, é o presente para citar o réu EDUARDO DEUSDEDIT JUNIOR ,que se encontra em lugar incerto e não sabido, oferecer resposta/defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do art. 344 e art. 335, ambos do CPC. Não contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor e será nomeado Curador Especial em caso de revelia. E, para conhecimento de todos, expediu-se este que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Belo Horizonte, 01 de agosto de 2024. K-08e09/08

Edital De Citação Com Prazo De Vinte Dias. A Dra. Myrna Fabiana Monteiro Souto, Juíza De Direito Da 32ª Vara Cível Da Comarca De Belo Horizonte, Minas Gerais, Faz Saber A Todos Quantos O Conhecimento Do Presente Deva Pertencer Que, Por Este Juízo E Secretaria, Têm Andamento Os Autos Da Execução De Título Extrajudicial, Processo Eletrônico Nº 3865394-04.2013.8.13.0024, Requerido Por Iresolve Companhia Securitizadora De Creditos Financeiros S.A, Cnpj 06.912.785/0001-55, Em Face De Aqb Edutretenimento E Promocoes Ltda - Me, Cnpj 17.972.621/0001-30 E Alessandro Queiroga Barros, Cpf 327.432.206-78, Distribuído Em 11/11/2013 E Virtualizado Em 27/01/2021. Trata-Se De Ação De Execução De Título Extrajudicial, Tendo Por Objeto O Contrato De Abertura De Crédito Em Conta Corrente De Depósito Nº 850800061119, Firmado Entre O Exequente E A Primeira Executada Em 10/09/2010, No Valor De R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), Com Vencimento Em 13/12/10, Tendo O Segundo Executado Assinado Como Devedor Solidário. Afirma O Exequente Que A Primeira Executada Não Cumpriu Com As Obrigações Assumidas, Restando Aos Executados Pagar A Quantia De R$70.082,84 (Setembro/2013), De Acordo Com As Condições Ajustadas, Atualizado Em 01/12/2021, No Valor De R$ 221.053,13 (Duzentos E Vinte E Um Mil, Cinquenta E Três Reais E Treze Centavos). E Estando O Requerido Alessandro Queiroga Barros Em Lugar Incerto E Não Sabido, Expediu-Se O Presente Edital Para Citá-Lo Para Pagamento Do Débito Atualizado, Referente Ao Principal E Acessórios, A Ser Acrescido De Honorários De Advogado E Custas, No Prazo De 03 (Tres) Dias, Sob Pena De Penhora. No Caso De Integral Pagamento, No Prazo Supracitado, A Verba Honorária Será Reduzida Pela Metade. O Executado Independentemente De Penhora, Depósito Ou Caução, Poderá Opor-Se À Execução Por Meio De Embargos, Que Deverão Ser Oferecidos No Prazo De 15 Dias Úteis. Acaso Comprovado O Depósito De 30% Do Valor Acima, Poderá O Executado Requerer O Parcelamento Do Restante Em Até 06 Vezes, Na Forma Do Art.916 Do Cpc. Ciente Ainda De Que Decorrido O Prazo Sem Apresentação De Defesa, Será Nomeado Curador Ao Executado, Com Fundamento No Artigo 72, Parágrafo Único Do Cpc, A Defensoria Pública Do Estado De Minas Gerais. Será O Presente Publicado Na Forma Da Lei E Afixado Em Local De Costume . Belo Horizonte, 24 De Agosto De 2023. K-08e09/08

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA | MINISTÉRIO DA **DEFESA** | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO

Fica Revogado o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/GAPLS/2024. Objeto: Serviço de manutenção preventiva e corretiva de arescondicionados do tipo split e de janela e rede de ar comprimido (compressores de ar, linha de ar comprimido e vasos de pressão) a serem realizados nas instalações da Guarnição de Aeronáutica de Lagoa Santa.

ASS LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
CAR Ordenadora de Despesas

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA | MINISTÉRIO DA **DEFESA** | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 90034/GAPLS/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NOS EQUIPAMENTOS DE RADIOLOGIA MÉDICA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 08 de agosto de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 22 de agosto de 2024, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br**, e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG.
Telefones: (31) 2112-9398.

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E NOTIFICAÇÃO DAS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS Nº 008/2024. NORMAS E CONDIÇÕES GERAIS DE LEILÃO: Cláudio Luiz Reis Araújo, Leiloeiro Público Oficial matriculado na JUCEMG sob o nº 658, com escritório e auditório situado à Rua Aymoré, nº 2001 11º andar, salas 1104 e 1105 Bairro de Lourdes, Belo Horizonte - MG, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária, **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA – SICOOB CREDIVAR**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.798.596/0001-48, com sede na cidade de Varginha – MG, na Rua Silvio Cougo, nº 680, Vila Paiva, Varginha/MG, e como **FIDUCIANTES, PEDRO FERREIRA SALES JUNIOR, CPF Nº 376.668.516-34 E ESPOSA MARISA DO CARMO MENDES SALES, CPF. Nº. 445.594.706-68,** domiciliados à Rua Quintino Bocaiuva, nº 804, Bairro Centro de Elói Mendes MG, CEP 37.110.000, faz saber na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei 21.981/32 que levará a leilão público nº 008/2024 na modalidade **On-Line**, através do site www.crleiloes.com.br, o imóvel Rural a seguir caracterizados, nas seguintes condições: **Lote 001 – ELOI MENDES/MG: UM IMÓVEL RURAL, GLEBA DE TERRAS, BOA PARA PLANTAÇÃO DE CAFÉ E BRAQUIÁRIA, COM ÁREA DE 02.00,00ha (DOIS HECTARES) SITUADA NO MUNICIPIO DE ELÓI MENDES MG, , NO LUGAR DENOMINADO BOA VISTA, COM AS SEGUINTES CONFRONTAÇÕES: REPRESA DE FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A., ANTONILDES TEIXEIRA MENDES FILHO E REGINALDO ANTÔNIO MENDES, VIA DE ACESSO ELÓI MENDES SENTIDO BARRA, SAIDA PELA MINASUL SEGUIR SENTIDO FAZENDA ZÉ MESQUITA + 5 KM, CONFORME CONFRONTAÇÕES E LIMITAÇÕES DISCRIMINADAS NA MATRÍCULA, Nº 14.231, R-5 E R-7 NO LIVRO NUMERO 2, REGISTRO GERAL, NO SRI DA COMARCA DE ELÓI MENDES/MG. Imóvel ocupado. Valor venda 1º leilão ON-LINE 08/08/2024 a partir das 14:00h, valor de avaliação R$300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), e em segundo leilão, se houver, valor de venda 2º leilão ON-LINE 08/08/2024 a partir das 15:00h, valor de R$336.400,00 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS),** os valores estão atualizados até a presente data, podendo sofrer alterações na ocasião do Leilão. **Desocupação e demais despesas inerentes, serão por conta do Adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** ***"A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado que se encontram. Todas as regularizações para transferência de documentação pós-venda existentes, serão de responsabilidade exclusiva do comprador."*** **PAGAMENTO**: A venda será realizada à vista, p arrematante vencedor deverá recolher o valor integral da arrematação em até 24 horas após o envio de dados bancários, tanto do valor da arrematação, como de 5% da comissão do leiloeiro mais despesa administrativa, mediante depósito em dinheiro ou TED nas contas indicadas pelo Leiloeiro. Após os pagamentos se faz necessário o envio dos comprovantes de pagamento, bem como cópias de documentos pessoais e comprovante de endereço para os e-mails: leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br através do número **31-99615-7499**. com a identificação do lote arrematado. Caso não seja apresentado os comprovantes e a documentação dentro do prazo previsto, será considerado desistência e a venda será cancelada com previsão de multa em favor do Banco, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis. **COMISSÃO DO LEILOEIRO**: Caberá, ao arrematante a comissão do leiloeiro, no valor de 5% da arrematação mais despesa Administrativa no valor de R$1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), 5**%** (cinco por cento) do valor da avaliação em caso de adjudicação (arcada pelo adjudicante), e **5%** (cinco por cento) do valor da avaliação em caso de remição ou acordo (arcada pela(s) parte(s) executadas(s) a serem pagas à vista por depósito em dinheiro, PIX ou TED, na modalidade ***on-line*** *no prazo de até 24 horas após o envio de dados bancários pelo Leiloeiro*, sendo que o valor da comissão não compõe o valor do lance ofertado. Em caso do não cumprimento das obrigações assumidas no prazo estabelecido, estará o arrematante, sujeito á sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. **O direito de preferência do devedor fiduciante, previsto no §2º-b do artigo 27 da Lei 9514/97, deverá ser exercido até a data de realização do 2º leilão através de proposta oficial, assinada e reconhecida em cartório e enviada através dos e-mails; leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br.**. **DO LEILÃO ON LINE**: Os interessados em participar do leilão *on line* deverão se cadastrar através do www.crleiloes.com.br e se habilitar com a antecedência de até uma hora antes do início do leilão. Correrão por conta do arrematante todas as despesas relativas à arrematação. transferência, ITBI, despesas cartoriais do imóvel, inclusive as despesas inerentes á documentação e regularização do imóvel junto aos órgãos competentes (se houver), bem como a desocupação, se necessário, conforme art. 30 da Lei 9.514/97.**Maiores informações pelos telefones: (31)3991-8006 – (31) 99615-7499(WhatsApp), 31-99929-7499 e através do link – www.crleiloes.com.br. CLÁUDIO LUIZ REIS ARAÚJO, LEILOEIRO PÚBLICO OFIAL JUCEMG 658C**

AGRONEGÓCIO

Dia de Campo vai apresentar cultivar de trigo para silagem

AGRICULTURA MGS Brilhante foi desenvolvida pela Epamig e é apontada como alternativa para período de entressafra; ação será em Lassance, no Norte do Estado, e é gratuita para produtores

MICHELLE VALVERDE

Diante das mudanças climáticas, produtores têm buscado cada vez mais alternativas para enfrentar a estiagem e também o calor. Uma das opções que tem apresentado resultados positivos é a cultivar de trigo para silagem MGS Brilhante. A cultivar, desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), é apontada como alternativa para o período de entressafra.

As possibilidades de uso da MGS Brilhante e as formas de cultivá-la serão apresentadas aos produtores rurais no dia 13 de agosto, durante um Dia de Campo, em Lassance, na região Norte do Estado. O evento é realizado pela Epamig e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG). O Dia de Campo será na Fazenda Águas da Serra, a partir das 13 horas. A participação é gratuita.

Com bons resultados em produtividade e no uso para alimentação dos rebanhos, a Trigo MGS Brilhante, por ser mais resistente, é uma boa opção de silagem frente ao milho na safrinha. A cultura do milho segunda safra ocorre no período de inverno e enfrenta maior déficit hídrico.

Conforme os dados da Epamig, a programação do Dia de Campo contará com duas palestras. Em uma delas, "A cultura do trigo", o pesquisador da Epamig, Maurício Coelho, mostrará aos produtores as formas de plantio da cultivar de trigo, tratos culturais e a colheita. Já a outra palestra, "Silagem de Trigo", conduzida por Marcelo Rodrigues Martins, da Emater-MG, tem o objetivo de mostrar as vantagens da utilização da silagem na alimentação de bovinos.

Ainda de acordo com a Epamig, na Fazenda Águas da Serra, onde será o evento, há o cultivo do trigo MGS Brilhante. "Vamos reunir produtores e técnicos para demonstrar e tirar dúvidas sobre a cultura e a produção da ensilagem", explicou a pesquisadora Karina Toledo.

Viabilidade econômica - A silagem à base do trigo da Epamig é uma alternativa viável, nutritiva e econômica durante o período de inverno. Os resultados são promissores no que diz respeito à produtividade, qualidade da silagem e desempenho zootécnico dos animais avaliados.

Além da resistência à seca e ao calor, outra vantagem importante da cultivar na produção da silagem é que as espigas não possuem aristas, ou seja, estruturas que causam pequenos ferimentos no rúmen dos bovinos.

Cultivar MGS Brilhante se adapta bem em várias regiões do Estado e já é cultivado na Fazenda Águas da Serra, em Lassance FOTO: MAURÍCIO COELHO / EPAMIG

Conforme a Epamig, a cultivar MGS Brilhante se adapta bem em várias regiões de Minas Gerais. Ela produz matéria verde em grande quantidade por hectare, então, é economicamente viável como alternativa para produção de silagem na safrinha.

CONCURSO CACHAÇAS MINEIRAS

Número de inscrições supera expectativas

O Concurso Cachaças Mineiras 2024 – 1º Concurso de Avaliação da Qualidade das Cachaças de Alambique e Aguardentes de Cana Mineiras teve número de inscrições acima das expectativas. Ao todo, 289 bebidas foram inscritas e agora os produtores têm até esta sexta-feira (9) para enviar cópia dos documentos obrigatórios e as amostras concorrentes para o endereço em Belo Horizonte, indicado no regulamento do concurso. A competição inédita é realizada pela Emater-MG.

Para julgar as amostras, foi escalado um time de 24 jurados já com experiência no setor. Eles passaram por treinamento, realizado em parceria com o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Salinas (IFNMG), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Universidade Federal de Lavras (Ufla), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O julgamento vai ser de 11 a 13 de setembro, quando é comemorado o Dia Nacional da Cachaça. O processo de avaliação será no Mercado de Origem, em Belo Horizonte. "Já na sua primeira edição, podemos considerar o concurso um sucesso. Nós tínhamos a expectativa de 250 inscrições e atingimos um número bem superior, com participação de cachaças de todas as regiões do Estado. Agora estamos aguardando a entrega das amostras para a realização da etapa de julgamento", comenta o assessor técnico da Emater-MG, Lucas Rocha Carneiro.

Concurso inédito no Estado teve 289 bebidas inscritas FOTO: DIVULGAÇÃO / IMA

O concurso irá distribuir até 36 premiações. São 10 categorias, para as duas bebidas que estão sendo avaliadas - Cachaças de Alambique e Aguardentes de Cana Mineiras. As categorias são: Cachaça de alambique; Cachaça de alambique armazenada; Cachaça de alambique envelhecida; Cachaça de alambique envelhecida – Premium; Cachaça de alambique envelhecida – Extrapremium; Aguardente de cana; Aguardente de cana armazenada; Aguardente de cana envelhecida; Aguardente de cana envelhecida - Premium, além de Aguardente de cana envelhecida - Extrapremium.

Premiações - Em cada categoria, haverá premiações aos primeiros, segundos e terceiros colocados, sendo que a nota de corte será de 70 pontos. Haverá ainda as seguintes premiações: Diamante, um por bebida, que será concedido a maior nota acima de 95 pontos; Agricultor Familiar, um por bebida, para as bebidas mais bem pontuadas entre as notas mais altas; e Troféu Mulher Alambiqueira, um por bebida, para as bebidas mais bem pontuadas entre as notas mais altas, conforme regulamento.

Embora muita gente confunda Cachaça de Alambique e Aguardente de Cana, as duas bebidas são diferentes. A primeira é aquela produzida exclusivamente em alambique de cobre e obtida pela destilação do mosto fermentado do caldo de cana-de-açúcar crua, com graduação alcoólica de 38% a 48%. Já a aguardente de cana é a bebida com graduação alcoólica de 38% a 54%, obtida de destilado alcoólico simples de cana-de-açúcar ou pela destilação do mosto fermentado do caldo de cana-de-açúcar.

A cerimônia de premiação dos vencedores do Concurso Cachaças Mineiras 2024 será no início de novembro, em data ainda a ser confirmada. **(Emater-MG)**

Associe-se à ADCE e participe do desafio de construir um Brasil melhor.

A ADCE é uma associação de empresários e dirigentes que praticam a Responsabilidade Social baseada em valores cristãos e centrada na pessoa humana.

Tem como objetivo estimular nas empresas um modelo de gestão - ético, competitivo e sustentável - que gera riqueza econômica e social.

Conheça mais sobre a ADCE.
Acesse www.adcemg.org.br.

Juntos vamos transformar nossa sociedade.

EMPRESAS APOIADORAS

www.adcemg.org.br - (31) 3281.0710

Bem Brasil deve faturar R$ 4 bilhões em 2024

ALIMENTAÇÃO Empresa de Araxá prevê crescimento das vendas, tanto internas como externas, neste ano

MICHELLE VALVERDE

A Bem Brasil, líder de vendas na indústria de batatas congeladas no Brasil, com sede em Araxá, no Alto Paranaíba, está ampliando as exportações. Somente em 2024, a negociação com o mercado externo deve crescer cerca de 20%. O objetivo é elevar os embarques de forma gradual e chegar a 2026/27 com as exportações representando cerca de 10% da receita total da empresa. Com a ampliação dos embarques e também do volume vendido no mercado interno, a projeção é ampliar em 10% o faturamento e superar os R$ 4 bilhões em 2024.

Conforme o CEO da Bem Brasil, Dênio Oliveira, as exportações dos produtos são importantes para o desempenho da empresa, que vem crescendo de forma significativa nos últimos anos. Sem revelar os volumes, os embarques tendem a ficar 20% maiores em 2024.

"A Bem Brasil é uma empresa muito nova, com apenas 17 anos, mas vem crescendo o *share* no Brasil, que hoje está em mais de 50%. Em 2021/22 nós reestruturamos a área de exportação, já que exportamos somente subprodutos da batata, para começar a diversificar o mercado. Estamos crescendo muito nas exportações, que hoje já representam 4% da nossa receita", explicou.

Diversificação - A maior parte dos produtos destinados ao mercado externo são as batatas pré-fritas congeladas, mas, para diversificar, também foram lançadas no mercado interno e para as exportações produtos diferenciados como o *hash brown*, *stick* de queijo e dadinho com toque de queijos. Hoje, os produtos Bem Brasil são exportados para o Uruguai, Bolívia, Paraguai, Peru, Chile, México, Estados Unidos, Malásia e Vietnã.

"Esperamos crescer e chegar a 2026/27 com cerca de 10% da nossa receita vinda das exportações. É um volume muito grande. Estamos indo para este caminho, para ter mais um braço de crescimento", diz.

Para atender a demanda dos mercados, a Bem Brasil também já está planejando uma nova fábrica, que, provavelmente, será fora de Minas Gerais."Estamos viabilizando a expansão, mas ainda não concretizamos o local da planta. A gente está no planejamento da expansão porque vamos continuar a crescer. De 2018 a 2023 crescemos 100%, dobramos a representatividade em vendas e produção e queremos continuar", conta.

Estimativa é de crescimento - Com o aumento das exportações e o crescimento do mercado interno, para 2024, a expectativa é de ampliação do faturamento da Bem Brasil em cerca de 10%, chegando, assim, a R$ 4 bilhões.

Assim como nas exportações, que devem crescer 20% em 2024, as vendas em geral também irão aumentar, em 10%, superando, então, as 395,6 mil toneladas de produtos comercializadas em 2023.

Para atender a demanda interna e externa, haverá incremento na produção de batata *in natura*. Em 2023 a produção de matéria-prima chegou a 860 mil toneladas e a estimativa é aumentar entre 10% e 15% ao longo de 2024.

"Entre 2021 e 2023, o mercado da batata pré-frita congelada cresceu, em média, 8% a 10% ao ano. A Bem Brasil acompanha esse crescimento e a nossa meta é superar os R$ 4 bilhões de faturamento em 2024", diz.

A empresa tem duas unidades fabris em Minas Gerais, localizadas nos municípios de Araxá e Perdizes, ambas no Alto Paranaíba. A Bem Brasil gera cerca de 1.300 empregos diretos e 4 mil indiretos. O mix é composto por cerca de 20 produtos voltados para *food service* e varejo.

Indústria líder na venda de batatas congeladas no País possui duas plantas em Minas, ambas no Alto Paranaíba, e planeja mais uma unidade fabril FOTO: DIVULGAÇÃO / BEM BRASIL

Diário do Comércio & Itatiaia juntos, informando e conectando Minas.

Diário do Comércio | itatiaia®

Economia e negócios com a credibilidade que você já conhece, agora com ainda mais alcance.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio

95,7 FM | 610 AM
itatiaia.com.br
itatiaiaoficial

INOVAÇÃO EM PAUTA

JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidenteconselho inovação e VP executiva na ACMinas

HackTown 2024: maior evento de tecnologia e cultura digital da América Latina

Realizado entre 1 e 4 de agosto, em Santa Rita do Sapucaí, o conhecido Vale da Eletrônica, localizado no Sul de Minas, reuniu na sua 8ª edição mais de 30 mil pessoas, entre especialistas, empresas, startups e a comunidade numa identidade bem mineira.Entre as empresas patrocinadoras estão: 3M, BEES (ABInbev), Cemig, Claro, Garagem Unilever, Globo, Nestlé, Zé Delivery, entre outras.

A edição ampliou a curadoria, trazendo nos palcos conhecimento e a cultura latina. "Esse ano trouxemos executivos com atuação Latam, com o objetivo de colocar o HackTown como epicentro de união, discussões sobre futuro e polo de criatividade no mapa Latino-americano, para conectar as ideias e trazer soluções para deixar as pessoas mais felizes", explica o head de conteúdo e co-founder do evento, Carlos Henrique.

O head de parcerias e co-founder do festival, João Rubens, descreve o evento como um "software aberto para pessoas e empresas cocriarem, gerando conexões de impacto".

Para o head de tecnologia e co-founder, Marcos David: "o HackTown, autêntico e 100% brasileiro, busca transformar e conectar Santa Rita do Sapucaí ao Brasil e ao mundo, promovendo discussões profundas sobre o futuro e a consciência humana". Grandes hospitais como Hospital de Amor, Albert Einstein e Sírio Libanês completaram a agenda com temáticas ligadas à saúde.

Em parceria com o Sistema Fecomércio, Sesc, Senac, cortesias de quick massages, aulas shows de gastronomia com degustação completaram a experiência. "Empresas parceiras como Nestlé, Banco do Brasil e Claro, também estão engajadas com a gente nessa missão.

Essas organizações não apenas apoiam o evento, mas também compartilham nossa visão de um futuro inovador, mais verde e responsável", complementao executivo.

Um manifesto do ecossistema mineiro, para não perder o trem

O evento também contou com representantes do poder público. Na oportunidade, lideranças do ecossistema de comunidades de startups de Minas Gerais, se reuniram com o subsecretário de ciência, tecnologia e inovação, Lucas Mendes de Faria Rosa Soares, no Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel). O objetivo foi apresentar o Manifesto Ecossistema de Minas Gerais, documento colaborativo e resultado de um intenso debate sobre os principais pontos necessários para fortalecer as comunidades de inovação em todo o Estado.

Os pontos destacados no manifesto incluem: a organização de informações sobre os ecossistemas de inovação, a construção de um mapa das comunidades, o desenvolvimento de uma metodologia para avaliar a maturidade das comunidades e a elaboração de um modelo de validação das comunidades perante os governos municipais, estaduais e federal. **(Colaborou Francis Aquino)**

A meta é que o VitaHub reúna cerca de 20 hospitais de todo o Brasil para participar da plataforma de inovação em saúde FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

VitaHub busca inovação para hospitais brasileiros

TECNOLOGIA Biominas Brasil abre primeira chamada para projetos e *startups* para o setor; inscrições podem ser feitas até o dia 11 de agosto

DANIELA MACIEL

Lançado em maio, pela Biominas Brasil, o VitaHub abre sua primeira chamada para projetos e *startups* com soluções inovadoras para hospitais. A plataforma busca soluções, dentro de áreas temáticas, através de desafios definidos em conjunto pelos hospitais. As inscrições vão até o dia 11 de agosto.

O objetivo é construir um canal direto entre os associados, hospitais e fornecedores, e iniciativas de inovação aplicada (*startups*, projetos acadêmicos e empresas de base tecnológica). Agora o programa busca desenvolver soluções de desafios nas seguintes temáticas:

Jornada do paciente – monitoramento da jornada do paciente para uma melhor navegação do mesmo dentro do contexto hospitalar e também fora dele.

• Desafio: Como podemos melhorar o acesso à serviços de saúde, proporcionando uma jornada mais integrada ou horizontal?

Desospitalização – diagnósticos, monitoramento e hospital digital. Como podemos tratar pacientes fora do hospital e trazê-los ao espaço físico no momento certo?

• Desafio 1: Como podemos aprimorar o monitoramento do paciente, a fim de evitar reinternação por infecções diversas?

• Desafio 2: Como podemos aprimorar o plano terapêutico a fim de obter maior agilidade nas altas de forma segura?

Gestão de dados para a saúde – coleta, armazenamento, processamento, uso e compartilhamento de dados para um hospital e um sistema hospitalar nacional eficiente.

• Desafio 1: Como podemos desonerar a equipe assistencial, a fim de realocar atividades específicas e garantir a qualidade do registro?

• Desafio 2:Como podemos gerar ganho de eficiência na gestão de leitos?

Digitalização do hospital – digitalização dos processos hospitalares. Mais tempo cuidando, menos tempo documentando.

• Desafio: Como podemos tornar a conta mais "limpa"/automatizada, incorporando soluções, com objetivo de reduzir glosas, aumentar receita e reduzir tempo de fechamento?

Decisão clínica – otimizar a tomada de decisão clínica, de forma ágil e assertiva, fundamentada no suporte proporcionado pela tecnologia.

• Desafio 1: Como podemos realizar de forma mais ágil a comunicação, recepção e encaminhamento de resultados críticos de exames, a fim de reduzir o tempo entre o resultado do exame, decisão clínica e ações práticas da equipe médica?

• Desafio 2: Como podemos aplicar ferramentas no suporte à tomada de decisão clínica com o objetivo de melhorar o desfecho para o paciente?

Presidente da Biominas Brasil, Eduardo Emrich explica que programa busca desenvolver soluções de desafios que contemplam várias temáticas, entre elas, a jornada do paciente FOTO: DIVULGAÇÃO / BIOMINAS

Atendimento e comunicação – Aprimorar a triagem, diagnóstico e acompanhamento de pacientes com foco na melhor experiência do paciente.

• Desafio: Como podemos potencializar a hiperpersonalização do cuidado e oferta de serviços de saúde, com objetivo de evitar desperdício e aumentar o *Lifetime Value* (LTV) do cliente?

As provas de conceito são direcionadas para hospitais padrinhos. Fazem parte do *hub* Mater Dei, Felício Rocho, Rede Fhemig e Unimed BH - unidade Contorno.

De acordo com o presidente da Biominas Brasil, Eduardo Emrich, o grupo se reúne em torno do tema da inovação para hospitais nos mais diversos aspectos. A reunião busca mapear as dificuldades em comum e o compartilhamento de soluções.

"O nosso objetivo principal é identificar as dores de inovação e buscar as soluções para esses desafios com foco nos hospitais. A reunião para definir os desafios foi muito rica. Começamos a ver que existe muita interseção entre eles. Chegamos, então, aos principais desafios para uma primeira rodada de busca de soluções", explica Emrich.

Inscrições - O detalhamento dos desafios e as inscrições podem ser feitas pelo endereço: https://conteudo.biominas.org.br/vitahub_biominas

> **"O nosso objetivo principal é identificar as dores de inovação e buscar as soluções para esses desafios com foco nos hospitais"**
> Eduardo Emrich

Após a aprovação na prova de conceito, a *startup* é encaminhada para um dos hospitais participantes e nesse momento é encerrada a participação do VitaHub.

"A relação entre hospital e *startup* é resolvida entre eles. Pensamos que, no futuro, em algum momento, teremos algum recurso, uma espécie de fundo para financiar etapas do desenvolvimento de soluções inovadoras, mas o VitaHub ainda não está nessa fase. O que buscamos fazer é disciplinar os dois lados. O medo do hospital ao abrir um programa de inovação é o custo. E para as *startups* a grande dificuldade é conseguir os primeiros clientes. O nosso papel é juntar essas duas pontas de maneira eficiente", pontua.

A meta é que o VitaHub reúna cerca de 20 hospitais de todo o Brasil. Para participar da plataforma de inovação em saúde, basta que a instituição – pública ou privada – entre em contato através do *site*.

"Fazemos um contrato anual com os hospitais participantes. Para muitos hospitais é difícil ter recursos para a inovação. Em conjunto é possível diluir os custos. E essa interação dos hospitais públicos e privados é muito benéfica. Os problemas, por incrível que pareça, são muito parecidos", completa o presidente da Biominas.

Entre os benefícios do transporte por drones está a redução de prazo e de custos; só que tecnologia precisa evoluir, por exemplo, em autonomia de voo FOTO: ÁRVORE FILMES / DIVULGAÇÃO PARDINI

Material biológico pode ser transportado por drone

INOVAÇÃO *Lab-to-lab* Pardini, do Grupo Fleury, em parceria com a Speedbird Aero inauguraram a primeira rota regular do País, segundo as empresas

RICHARD NOVAES

O *Lab-to-lab* Pardini, do Grupo Fleury, em parceria com a produtora e operadora de drones Speedbird Aero, marca um importante avanço ao operar a primeira rota regular de transporte de material biológico, como sangue, urina e cabelo, por drone no Brasil. A empresa mantém, atualmente, atividade de transporte fixo em Salvador, na Bahia, e pretende expandir para Minas Gerais.

Os diretores do grupo aguardam a autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para que o drone possa sobrevoar a Linha Verde (MG-10) e mais três pontes de baixo movimento, incluindo uma ponte exclusiva para pedestres, rumo ao Núcleo Técnico Operacional (NTO) do laboratório, localizado em Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

> "Acredito que os drones têm potencial para revolucionar a logística na saúde, trazendo mais eficiência em termos de custo e tempo de transporte"
> Fernando Ramos

Além de reduzir a emissão de CO_2, a utilização de drones também diminui o trânsito e a possibilidade de acidentes, de acordo com o diretor de negócios *Lab-to-lab* do Grupo Fleury, Fernando Ramos.

"A medicina diagnóstica depende do transporte terrestre e aéreo, que possuem seus desafios particulares, como o alto custo e as interferências causadas por acidentes, congestionamentos e cancelamentos de voos comerciais. Acredito que os drones têm potencial para revolucionar a logística na saúde, trazendo mais eficiência em termos de custo e tempo de transporte, além de apresentar menor impacto ambiental", observa.

O CEO e cofundador da Speedbird Aero, Manoel Coelho, contou que a parceria com o Grupo Fleury começou há três anos e meio e proporcionou pioneirismo no Brasil ao colocar a aeronave DLV2 em operação comercial, por meio da certificação para transportar material biológico contaminante.

"Temos operações em várias cidades brasileiras e também no exterior, e esperamos que novas certificações e parcerias com o *Lab-to-Lab* Pardini possibilitem entregar resultados de exames mais rapidamente", afirma.

Como funciona o transporte - A entrega começa com o envio das amostras pelo hospital, que são então transportadas por drone até o laboratório ou, quando não é possível fazer a ligação direta entre eles, a pontos estratégicos mais próximos do destino final. Entre os benefícios do transporte por drones está a redução de prazo e de custos.

Apesar das vantagens, há pontos de atenção que devem ser considerados. A tecnologia, por exemplo, ainda precisa evoluir em autonomia de voo, velocidade e capacidade de peso transportado. A regulação precisa avançar para acompanhar o desenvolvimento tecnológico e garantir segurança.

Novos trajetos já estão sendo planejados

Durante três meses o *Lab-to-Lab* Pardini realizou uma rota-piloto entre o Hospital Biocor, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e o Hospital Orizonti, no bairro Mangabeiras, na região Centro-Sul da Capital, onde possui o Núcleo Técnico Hospitalar (NTH).

Nesse período, foram transportadas amostras não contaminantes para análises clínicas, genética molecular, testes oncológicos de alta complexidade, medicina nuclear, medicina personalizada e patologia cirúrgica. Entre os materiais transportados estavam amostras para o teste do pezinho, exames toxicológicos de cabelo e coletas de raspados de unha e pele para análise celular.

Conforme o Grupo Fleury, a rota foi desenvolvida com o objetivo de acelerar o processamento de exames e a entrega de resultados, enfrentando a dificuldade de mobilidade em áreas com grande movimento de transporte terrestre. O teste demonstrou o impacto positivo dos drones na agilidade e segurança do transporte de amostras biológicas.

Planos de expansão - Atualmente, a Speedbird Aero possui operações em várias cidades brasileiras, além de Argentina, Uruguai, Bahamas, Israel, Singapura, Reino Unido e outras. A empresa possui 25 aeronaves em operação (15 no Brasil e 10 no exterior) e mais 10 aeronaves em testes de certificação. Todas as aeronaves são equipadas com paraquedas de segurança.

"Demonstramos a confiabilidade das aeronaves com mais de 25 mil voos comerciais nos últimos três anos de aviação comercial no Brasil. Temos muitos projetos em Minas Gerais e esperamos voltar a operar no Estado em breve", destaca Manoel Coelho.

Para ele, o desafio agora é avançar junto às autoridades sanitárias para atualizar as regras e permitir o transporte de materiais biológicos infecciosos. Novas rotas estão sendo planejadas para iniciar os testes e demonstrar a segurança e eficiência do modal. **(RN)**

ATACAREJO

BH Atacado e Varejo terá unidade em Rio Casca

DIONE AS

Com cerca de 13 mil habitantes, a cidade de Rio Casca, na Zona da Mata mineira, vai receber a mais nova operação da rede de Supermercados BH no Estado. A nova unidade no formato de atacarejo será inaugurada nesta sexta-feira (9) e é a primeira loja da rede na cidade.

O chamado BH Atacado e Varejo, localizado no bairro Trevo, mais precisamente na rua Juquinha Pinto Coelho, está a poucos metros da rodovia Senador Eliseu Resende, uma das principais vias de acesso à cidade e regiões distritais no entorno de Rio Casca.

Município da Zona da Mata mineira terá primeira unidade da rede, que deve gerar 100 postos de trabalho FOTO: DIVULGAÇÃO / SUPERMERCADO BH

De acordo com a empresa, a operação que recebe a bandeira atacarejo se caracteriza por comercializar produtos no varejo, ou seja, com venda em pequenas quantidades, e também no atacado em grandes volumes.

Esse modelo de negócio atende tanto consumidores finais quanto transformadores e empresários do ramo de alimentação que buscam a loja para abastecer seu negócio. Em ambos os casos a vantagem é também financeira: os preços no atacarejo são, em média, 15% mais baratos do que no varejo tradicional, que inclui super e hipermercados.

Em Rio Casca, a expectativa é que com a unidade 100 novos postos de trabalho sejam gerados com o início das atividades.

Nas redes sociais - Nos últimos meses, o Supermercados BH tem aproveitado as redes sociais para anunciar uma sequência de inaugurações. Recentemente, a marca fez um comunicado de abertura de quase 25 lojas, parte delas, distribuídas em várias regiões do Estado.

Além das unidades mineiras, a rede também comunicou a abertura de supermercados em Marechal Floriano e Vila Velha, ambas no Espírito Santo. A penúltima inauguração da marca aconteceu no mês passado com a chegada da primeira loja no formato atacarejo em Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

CONJUNTURA

Inflação desacelera em BH sob impacto da alimentação

IPCA Apesar da alta de 0,55% em julho, resultado foi menor que 1,23% registrado no mês anterior

LEONARDO MORAIS

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de Belo Horizonte apresentou alta de 0,55% em julho. O resultado mostra desaceleração de 0,68 ponto percentual em relação a inflação do mês anterior, após recuo considerável no setor de alimentação.

Segundo a pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), a queda de itens do consumo de alimentos foi puxada pelo subgrupo alimentação na residência (-0,94%) e especificamente pelos produtos *in natura*, como hortifrúti, verduras e hortaliças, que recuou 7,77% no mês.

Esta já é a segunda quadrissemana de queda consecutiva nos produtos de alimentação. Na última análise, houve redução de 8,62%, além da queda de 0,91% no mês de junho.

Já no acumulado dos sete meses de 2024, o IPCA registrou aumento de 5,64%, enquanto nos últimos 12 meses, a alta já chega a 7,8%.

Segundo o economista da Fundação Ipead, Diogo Santos, a inflação no mês de junho avançou em Belo Horizonte principalmente por fatores como preço da gasolina, de planos de saúde e impactos na tarifa de energia elétrica. No entanto, Santos pondera que, apesar da alta, em julho, a inflação desacelerou consideravelmente.

Em relação aos resultados no segmento de alimentação, o economista cita a queda no preço da cesta básica como um fator de considerável impacto no índice final. Itens *in natura* como o tomate e a batata inglesa foram os que apresentaram as maiores reduções no preço, com recuos de 43,3% e 8,4%, respectivamente.

No segmento de produtos/serviços específicos, as maiores variações positivas de preços médios se concentraram nas Passagens aéreas e Excursões. Os segmentos, que apresentaram crescimento do preço médio de 29,29% e 6%, respectivamente, foram impulsionados por fatores sazonais, já que o mês de julho abrange o período de férias escolares.

> **"Muitos itens são considerados para o cálculo da inflação e cada um tem um comportamento distinto no ano. Se não houver novidades, vamos viver uma fase de maior estabilidade"**
>
> Diogo Santos

A queda de itens no consumo de alimentos foi puxada pelo subgrupo alimentação na residência e, especificamente, pelos produtos *in natura*, como hortifrúti, verduras e hortaliças FOTO: ARQUIVO DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Preços devem ficar estáveis nos próximos meses

Para os próximos meses, Santos avalia que a perspectiva é de estabilidade, com algumas ressalvas. "Muitos itens são considerados para o cálculo da inflação e cada um tem um comportamento distinto no ano. Se não houver novidades, vamos viver uma fase de maior estabilidade", analisa.

Ele acrescenta que se não houver mudanças imprevisíveis, o preço da gasolina deve deixar de pressionar a inflação em Belo Horizonte, após os recentes reajustes de preço. Por outro lado, o especialista acredita que os alimentos, que se encontram em períodos de menor preço, devem estabilizar ou voltar a crescer novamente.

Para contornar o cenário de flutuações, Santos destaca a importância de um estímulo à produção de cesta básica no Brasil. "Se o governo promover políticas que estimulem a produção desses itens, podemos reduzir essa flutuação intensa, embora não seja possível mitigar", acrescenta.

A redução da instabilidade dos preços, segundo ele, também passa pela promoção de pesquisas científicas e inovações tecnologias na agricultura. "Dessa forma, conseguiremos garantir maior oferta desses produtos mesmo em contextos de mudanças climáticas", finaliza.

IPCR - Além do IPCA, o Índice de Preços ao Consumidor Restrito (IPCR) de Belo Horizonte, que considera os gastos das famílias com renda de até cinco salários mínimos, também avançou em julho, com alta de 0,27%. O resultado da pesquisa indica que houve aceleração em relação à quadrissemana anterior (0,17%) e desaceleração em relação a junho (1,14%).

Em 2024 o IPCR segue em crescimento, com alta de 5,29% e avanços de 7,31% no acumulado dos últimos doze meses. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, também houve alta no IPCR– em julho do ano passado, o índice recuou 1,48%. **(LM)**

COMMODITIES

IGP-DI cresce acima do esperado

São Paulo - O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) acelerou sua alta mais do que o esperado em julho devido principalmente ao avanço nos preços de *commodities* agrícolas e minerais para os produtores, além de preços mais altos aos consumidores, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) ontem.

O IGP-DI subiu 0,83% em julho, depois de avanço de 0,50% no mês anterior, acima da expectativa em pesquisa da "Reuters" de alta de 0,69%. O resultado levou o índice a subir 4,16% em 12 meses.

"A taxa do índice ao produtor acelerou impulsionada pelo aumento dos preços de *commodities* agrícolas e minerais, além da alta no preço da gasolina. A taxa não foi ainda mais expressiva devido à retração dos preços de alimentos *in natura*", disse o coordenador dos índices de preços, André Braz.

No período, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do indicador geral, subiu 0,93%, de alta de 0,55% no mês anterior.

No IPA, a alta no estágio de Matérias-Primas Brutas se fortaleceu a 1,54% em julho, ante 0,80% no mês anterior, sendo que as principais contribuições para esse movimento foram dos subgrupos de minério de ferro, que registrou no mês uma alta de 1,34%, e de bovinos, com avanço de 1,89%.

Braz ainda destacou a aceleração no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) - que responde por 30% do IGP-DI - como um fator para o resultado do índice geral. O IPC teve alta de 0,54% em julho, de 0,22% em junho.

Cinco das oito classes de despesa que compõem o índice apresentaram acréscimo em suas taxas de variação: Educação, Leitura e Recreação (-0,75% para 3,48%), Transportes (0,19% para 1,09%), Habitação (0,13% para 0,61%), Despesas Diversas (0,44% para 1,84%) e Comunicação (-0,08% para 0,11%).

O Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), por sua vez, ficou próximo a estabilidade, com alta de 0,72% em julho, de 0,71% antes.

O IGP-DI calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre o 1º e o último dia do mês de referência. **(Reuters)**

A taxa do índice ao produtor foi puxada pelo aumento das *commodities* FOTO: REUTERS / DAVID GRAY

INDÚSTRIA

Falta de políticas públicas prejudica País

Brasília - A falta de políticas públicas para apoio e valorização da indústria nacional contribuiu para o baixo crescimento econômico do Brasil nos últimos anos. O alerta é do vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Leonardo de Castro, durante o Seminário "Políticas Industriais no Brasil e no Mundo", realizado em Brasília ontem. Para ele, "o Brasil já perdeu muito tempo e desperdiçou muitas oportunidades. As consequências de não se ter uma política industrial estão todas aí".

"De 2013 a 2023, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro apresentou um crescimento médio de apenas 0,5% ao ano. No mesmo período, a agropecuária cresceu 3,3% ao ano; os serviços 0,8% ao ano e a indústria encolheu 1,8% ao ano", avalia.

Castro disse ainda que a nova política industrial, a Nova Indústria Brasil (NIB), anunciada em janeiro de 2024, pode trazer crescimento econômico e bem-estar para a população, mas depende da união de forças entre governo, indústria e academia, além da priorização de políticas verdes.

"A NIB vem preencher essa lacuna com um projeto que parte das demandas atuais da sociedade brasileira e mobiliza a indústria a buscar soluções para esses desafios. Portanto, o momento é de unir forças no governo, no setor empresarial e na academia para implementarmos uma política industrial que promova efetivamente o crescimento econômico e o bem-estar da população".

Na ocasião, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, cumprimentou o diálogo da CNI, como sociedade civil, e disse que não há como o Brasil crescer sem valorizar a própria indústria.

"Sociedade civil organizada faz diferença. Então é importante ter sociedade civil organizada, diálogo e debate. Quem ouve mais erra menos. Não tem desenvolvimento social, econômico, ganho de renda, salários de melhor valor se não tiver indústria. A indústria agrega valor e ela está na ponta da vanguarda tecnológica". **(Brasil 61)**

LEGISLAÇÃO

Governo planeja cancelar 670,4 mil benefícios do BPC

PREVIDÊNCIA SOCIAL **Expectativa com a realização de um pente-fino no INSS é atingir uma economia de R$ 6,6 bilhões em despesas no próximo ano**

São Paulo - O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê o cancelamento de 670,4 mil benefícios do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 2025, o que renderia uma economia de R$ 6,6 bilhões em despesas, segundo documento obtido pela Folha de S.Paulo.

A projeção considera uma taxa de cessação de 11,25%. Em outras palavras, a cada grupo de 100 beneficiários da política, 11 deles terão os repasses encerrados, segundo projeção do Executivo.

Ainda assim, a despesa com o benefício tende a ficar em R$ 112,8 bilhões no ano que vem, chegando a R$ 140,8 bilhões em 2028, puxada pela valorização do salário mínimo e pelo aumento no número de beneficiários ao longo dos anos, apesar do esforço de revisão.

Sem o pente-fino, o quadro seria ainda mais dramático: as despesas com a política chegariam a R$ 119,4 bilhões em 2025 e alcançariam R$ 155,1 bilhões em 2028.

Os cálculos foram elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e vão subsidiar a elaboração da proposta de Orçamento de 2025.

Os números constam em nota técnica enviada ao Ministério do Planejamento e Orçamento junto com a revisão das despesas deste ano, feita para o relatório de avaliação do terceiro bimestre. O documento foi obtido pela reportagem após pedido com base na Lei de Acesso à Informação.

> **"O pente-fino no BPC é uma das principais apostas da equipe econômica do governo para alcançar o corte de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias"**

O pente-fino no BPC é uma das principais apostas da equipe econômica para alcançar o corte de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias prometido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad , e avalizado por Lula para fechar as contas de 2025.

A medida integra a agenda de revisão de gastos encampada também pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. Ela prometeu detalhar as novas ações, bem como os resultados que teriam sido alcançados já neste ano -o governo conta com uma economia de R$ 9 bilhões na Previdência Social e no seguro rural do Proagro para não extrapolar o limite de despesas. Até agora, porém, não houve qualquer anúncio oficial.

No fim de julho, o governo editou duas portarias com diretrizes para a revisão do BPC. As normas preveem que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terá de fazer um pente-fino mensal para verificar o cumprimento dos critérios de renda para acessar a política, voltada a famílias com renda de até um quarto do salário mínimo por pessoa (equivalente a R$ 353).

Além disso, os beneficiários do BPC que não estiverem inscritos no Cadastro Único de programas sociais ou que estiverem com seu registro desatualizado há mais de 48 meses terão de regularizar a situação. O fim de brechas legais exploradas por quem pede o benefício é um dos pilares da revisão da política.

O INSS terá de realizar revisões mensais no BPC para verificar o cumprimento dos critérios de renda para receber o benefício FOTO: RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL

Os parâmetros usados na nota técnica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social evidenciam, porém, que o governo já espera endurecer ainda mais esses critérios.

Desatualização - Um dos fatores considerados pelo governo na conta é o pente-fino de quem está com o cadastro desatualizado há mais de 24 meses. Segundo o órgão, 1,7 milhão de beneficiários estão nessa situação, dos quais 306,8 mil teriam o benefício encerrado (18% de cessação esperada).

Esse é o componente mais significativo da redução de despesas, com impacto de R$ 3 bilhões em 2025.

Uma planilha obtida pela Folha mostra ainda que há 431,3 mil beneficiários fora do CadÚnico, dos quais 107,8 mil deixariam de receber o BPC (25% de cancelamentos). Há ainda a revisão dos critérios de renda, que deve alcançar 175 mil beneficiários, com o fim dos repasses para 43,75 mil deles (25%). Juntas, essas medidas poupariam R$ 1,5 bilhão no ano que vem.

Por fim, o ministério incluiu também uma revisão bienal dos benefícios do BPC, prevista em lei mas nunca executada dentro do prazo. O ministério prevê reavaliar 2 milhões de benefícios, dos quais 212 mil seriam cancelados em definitivo, rendendo uma economia de R$ 2,1 bilhões. **(Idiana Tomazelli/Folhapress)**

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

IOB | sage

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 10/07/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112 ,"g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 8

ICMS - Dapi - julho - Declaração de Apuração e Informação do ICMS (Dapi 1) - Contribuintes sujeitos à entrega: gerador e/ou distribuidor de energia elétrica e de gás canalizado; prestador de serviço de comunicação (telefonia); indústria de combustíveis e lubrificantes, exceto combustíveis de origem vegetal. **Nota:** Em face da publicação da Portaria SRE nº 177/2020, foram estabelecidos os requisitos para a opção pela apuração do ICMS a partir de informações lançadas na EFD, em substituição à Declaração de Apuração e Informação do ICMS, modelo 1 (Dapi 1). Internet, RICMS-MG/2023, anexo V, parte 1, artigo 141, II, "a" até "c".

ISSQN - julho - contribuinte em geral - Os contribuintes do ISSQN deverão efetuar o recolhimento do imposto até o dia 8 do mês subsequente ao da apuração. Guia de Arrecadação, Decreto nº 17.174/2019, artigo 13, *caput*.

ICMS - julho - Contribuinte/atividade econômica: indústrias de lubrificantes ou de combustíveis, inclusive álcool para fins carburantes, excetuados os demais combustíveis de origem vegetal. **Notas:**

(1) O pagamento do valor remanescente (10% do ICMS devido) deverá ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

(2) Desde 1º/05/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 199/2022, o diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural, estão sujeitos ao regime de tributação monofásica.

(3) Desde 1º/06/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 15/2023, a gasolina e o etanol anidro combustível passaram a ser tributados no regime monofásico de tributação. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "c.2".

ICMS - julho - Contribuinte/atividade econômica: comércio atacadista em geral quando não especificado no artigo 112, I, "a" do RICMS-MG/2023. **Nota**: O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.1".

ICMS - julho - Contribuinte/atividade econômica: comércio varejista, inclusive hipermercados, supermercados e lojas de departamentos. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.2".

ICMS - julho - Contribuinte/atividade econômica: indústrias não especificadas no artigo 112, I, da alínea "b" e "c" do RICMS-MG/2023. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.3".

ICMS - julho - Contribuinte/atividade econômica: prestador de serviço de transporte. **Nota:** O pagamento deve ser efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, Parte Geral, artigo 112, I, "d.4".

ICMS - julho - indústrias de bebidas e fumos - fato gerador ocorrido entre os dias 27 e o último dia do mês anterior. Operações próprias da indústria de bebidas, classificada no código 1113-5/02 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00, e da indústria do fumo, classificada no código 1220-4/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 27 e o último dia do mês anterior.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XI, "b".

ICMS - julho - prestação de serviço de comunicação na modalidade de telefonia e gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica faturamento - Operações ou prestações próprias do prestador de serviço de comunicação na modalidade de telefonia, classificado nos códigos 6110-8/01 e 6120-5/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 30.000.000,00, e do gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica que apresente faturamento, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 300.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 24 ao último dia do mês anterior.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XIII, "c".

ICMS - julho - fabricante de refino de petróleo - Operações próprias do estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da Cnae, exceto para os produtos enquadrados no regime de tributação monofásica que dispõe de regra de recolhimento diferenciado. **Nota:** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 24 e o último dia do mês anterior. O recolhimento será efetuado até o dia 8 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XII, "c".

FINANÇAS

Concred busca maior presença das cooperativas de crédito

NEGÓCIOS Com mais de 17,3 milhões de associados em todo o País, o setor espera manter um crescimento acima de 20% nos próximos anos

JULIANA SODRÉ

Aumentar a representatividade das cooperativas de crédito em Minas e no Brasil é um dos objetivos do 15º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred), que foi aberto ontem no Expominas, em Belo Horizonte, e prossegue até amanhã. O setor que fortalece e dá suporte às necessidades de mais de 17,3 milhões de cooperados no Brasil já cresce mais que o sistema financeiro tradicional e espera manter o crescimento nos próximos anos, superando a casa dos 20%.

O panorama foi dado ao Diário do Comércio pelo presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras), que realiza o evento com correalização do Sicoob, Moacir Krambeck. De acordo com ele, o Estado é essencial para este avanço. "Minas Gerais é um ícone. Temos aqui o maior número de cooperativas entre os estados brasileiros e podemos expandir muito mais. A população é muito maior e a representação ainda é pequena. O número é ainda longe do desejado", afirmou .

De acordo com os dados do Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro de 2024, as cooperativas mineiras cresceram acima da média e lideram o *ranking* do cooperativismo com mais cooperados e maior valor de volume de negócios. Só em Minas são 182 cooperativas de crédito, movimentando cerca de R$ 71 bilhões. Ao todo são 2,7 milhões de cooperados entre pessoas físicas e jurídicas.

Krambeck relatou que as cooperativas de crédito crescem porque o setor está começando a ser conhecido pela sociedade e atribui ao acesso às informações e ao propósito do cooperativismo, o avanço do setor. "Até pouco tempo, elas eram ilustres desconhecidas. Com os congressos, as reuniões, sobretudo, em pequenos municípios, elas passaram a ser conhecidas e as pessoas passaram a pesquisar sobre elas e se vincularem, principalmente, pelo propósito", avaliou o presidente.

Representando o governador Romeu Zema (Novo) na abertura do evento, a secretária-adjunta de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Kathleen Garcia, que também é membro do Conselho Estadual do Cooperativismo (Cecoop), ressaltou o crescimento das cooperativas em mais de 22% e o destaque de Minas com crescimento acima da media nacional.

Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos em condições mais facilitadas e com menor custo do que o sistema tradicional.

Dentro do pilares do cooperativismo, os temas do ESG (meio ambiente, social e governança) são premissas abordadas desde sua fundação da Confebras, que escolheu "A sustentabilidade humana e o mundo exponencial: construir o futuro em tempos de transformação" para ser o tema central do congresso.

> **"Minas Gerais é um ícone. Temos aqui o maior número de cooperativas entre os estados brasileiros e podemos expandir muito mais. A população é muito maior e a representação ainda é pequena"**
> Moacir Krambeck

O presidente da Confebras, Moacir Krambeck, atribui a expansão do cooperativismo à maior divulgação do sistema na sociedade FOTO: DIVULGAÇÃO / CONFEBRAS

TRABALHO

FGTS vai distribuir R$ 15,2 bilhões de lucro

São Paulo - Os trabalhadores com contas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) irão receber R$ 15,21 bilhões de lucro referente aos resultados do ano de 2023. O montante será pago pela Caixa Econômica Federal até o final deste mês.

O valor pago corresponde a 65% do resultado do Fundo de Garantia em 2023, que foi recorde e ficou em R$ 23,4 bilhões. O percentual foi confirmado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas ainda passará por análise em reunião extraordinária do Conselho Curador do FGTS prevista para hoje.

Ao todo, 218,6 milhões de contas com saldo em 31 de dezembro de 2023 vão receber o lucro, beneficiando 130,8 milhões de trabalhadores. O depósito poderá ser feito antes pelo banco estatal. No ano passado, foram distribuídos R$ 12,719 bilhões.

O índice de distribuição, a ser confirmado na reunião, deverá ser de 0,026448 sobre o saldo que o trabalhador tinha nas contas em 31 de dezembro de 2023. A cada R$ 100, devem ser creditados R$ 2,64. Quem tem R$ 1.000 recebe R$ 26,45 e quem tem R$ 10 mil terá R$ 264,48. Os cálculos foram feitos com arredondamento (0,02645).

A distribuição dos resultados do Fundo de Garantia ocorre desde 2017, mas, neste ano, vem seguida de maior expectativa após o julgamento da revisão do FGTS pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em junho, o Supremo determinou que a remuneração das contas dos trabalhadores no fundo deve ser de, no mínimo, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Por sete votos a quatro, os ministros aceitaram proposta do governo e decidiram manter a correção atual, de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), incluindo o pagamento do lucro, garantindo ao menos a inflação oficial do País.

A Caixa Econômica Federal deverá depositar a participação no lucro em 218,6 milhões de contas do FGTS até o fim do mês FOTO: FABIO RODRIGUES POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL

Rentabilidade - Em 2023, assim como em anos anteriores, os trabalhadores devem receber rentabilidade maior com o fundo, acima de 3%.

Têm direito ao lucro do FGTS os trabalhadores que, em 31 de dezembro de 2023, tinham saldo em contas em seu nome no Fundo de Garantia. Ao todo, segundo a Caixa, em 31 de dezembro de 2023, o fundo contava com 218,6 milhões de contas com saldo, referentes a 130,8 milhões de trabalhadores.

O saldo total era de R$ 564,2 bilhões. O número de trabalhadores é menor do que o de contas porque um profissional pode ter mais de uma conta, já que a cada emprego com carteira assinada o empregador deve abrir uma nova em nome do trabalhador.

A distribuição é feita pela Caixa, que administra o fundo. O trabalhador só poderá usar esse dinheiro caso se enquadre em uma das situações de retirada previstas na Lei 8.036/90 para o saque do FGTS, como demissão sem justa causa, aposentadoria, compra da casa própria e doença grave, por exemplo. Veja as 16 situações de saque do FGTS permitidas por lei.

O valor pode ser consultado no aplicativo FGTS, por meio do extrato do fundo. É possível, ainda, conseguir uma cópia do extrato nas agências da Caixa. Para cada empresa em que o trabalhador foi contratado, há uma conta vinculada aberta, é preciso observar o valor em cada conta e somar o quanto tem, ao todo. **(Cristiane Gercina/Folhapress)**

MERCADO

Operação da PF apura troca de informações privilegiadas

São Paulo - A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem uma operação com quatro mandados de busca e apreensão na cidade do Rio de Janeiro. Nomeada Operação Rabbit, a ação combate a troca de informações privilegiadas entre investidores para a obtenção de vantagens no mercado financeiro.

A Justiça determinou o sequestro de bens e mais de R$ 5 milhões, além do afastamento de um funcionário de uma distribuidora de títulos e valores mobiliários (DTVM) por envolvimento com a prática criminosa, conhecida também como "*front running*".

"O homem em questão repassava as informações para pessoas conhecidas dele, com o intuito de que estas se antecipassem aos movimentos do mercado", disse a PF em nota.

A investigação, que contou com a colaboração da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), começou a partir de uma denúncia de que os envolvidos estariam utilizando informações exclusivas, internas e sigilosas para lucrar com operações no mercado de renda variável.

O grupo criminoso possuía taxa de êxito em operações de compra e venda de ações no mesmo dia, o chamado *day trade*, superior a 94%, segundo a PF.

Um estudo encomendado pela CVM em 2022 mostrou que mais de 90% dos operadores de *day trade* acabam com prejuízos, e menos de 1% tem lucro diário superior a R$ 300. As ordens judiciais foram expedidas pela 3ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. **(Folhapress)**

Mercantil atinge recorde de resultado trimestral

BANCOS Instituição registrou lucro líquido de R$ 181 milhões no período de abril a junho, com crescimento de 80% frente a igual intervalo do ano passado

O Banco Mercantil, instituição financeira com foco no público 50+, anunciou ontem os resultados do segundo trimestre de 2024. A empresa registrou lucro líquido trimestral de R$ 181 milhões e crescimento anual de 80% - o maior resultado trimestral da sua história. São números que confirmam o cenário favorável para a companhia, que chegou ao seu sétimo resultado recorde consecutivo.

A carteira de crédito no segundo trimestre chegou a R$ 15,5 bilhões e crescimento anual de 22% na comparação anual, confirmando a expansão contínua ao longo dos meses, com foco em ativos de alta qualidade, como crédito consignado e saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em relação à base de clientes, a instituição encerrou o trimestre com aumento anual de 18,3% na comparação com o mesmo período em 2023, chegando a uma base total de 8,5 milhões de clientes – 62% deles tendo aderido ao aplicativo do banco no processo de abertura de conta, em decorrência do engajamento cada vez maior aos canais digitais do Mercantil.

Nos últimos anos, o banco vem investindo em um forte processo de digitalização, no intuito tanto de aperfeiçoar seus canais de atendimento quanto de ampliar a oferta de produtos e serviços capazes de atender às atuais demandas de sua base de clientes.

"Uma característica que temos observado com frequência no público 50+ é a adesão cada vez maior aos nossos canais digitais, como o aplicativo e o WhatsApp, principalmente quanto à contratação de crédito. No segundo trimestre, 66% da originação de contratos de crédito do banco foi feita por um desses dois canais", explica o CEO do Banco Mercantil, Gustavo Araújo.

Outro destaque está na taxa de inadimplência acima de 90 dias, com registro de 2,0% - uma das menores do mercado -, resultando em queda de 0,79 pontos percentuais (p.p.) na comparação com o segundo trimestre de 2023.

Em relação às Receitas de Prestação de Serviços (cartões, seguros, assistências, entre outros), foram R$ 175 milhões no 2T24, registrando aumento anual de 24% em relação ao mesmo período em 2023. Os serviços de Seguros e Assistências se mantêm como responsáveis por 54,7% dessa receita.

A carteira de crédito do Banco Mercantil somou R$ 15,5 bilhões no segundo trimestre, com aumento de 22% na comparação anual FOTO: DIVULGAÇÃO / BANCO MERCANTIL

APLICAÇÕES

Poupança tem saída líquida de R$ 908,6 mi

Brasília - O saldo da aplicação na caderneta de poupança caiu, com o registro de mais saques do que depósitos no mês de julho. As saídas superaram as entradas em R$ 908,6 milhões, de acordo com relatório divulgado ontem pelo Banco Central (BC).

Em junho, foram aplicados R$ 370,3 bilhões, contra saques de R$ 371,2 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R$ 5,4 bilhões. O saldo da poupança é de pouco mais de R$ 1 trilhão.

O resultado negativo de julho contrasta com o do mês anterior, quando houve entrada líquida de R$ 12,8 bilhões na caderneta. Já em relação a julho do ano passado, houve melhora. Naquele mês de 2023, os brasileiros sacaram R$ 3,6 bilhões a mais do que depositaram na poupança.

No acumulado do ano, a caderneta tem resgate líquido de R$ 3,7 bilhões.

Diante do alto endividamento da população, em 2023 a caderneta de poupança teve saída líquida de R$ 87,8 bilhões. O resultado foi menor do que o registrado em 2022, quando a fuga líquida foi recorde, de R$ 103,2 bilhões..

Os saques na poupança se dão porque a manutenção da Selic – a taxa básica de juros – em alta estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. Nas duas últimas reuniões, o Copom decidiu manter a Selic em 10,5% ao ano e já avalia a possibilidade de subir novamente os juros.

Em 2021, a retirada líquida da poupança chegou a R$ 35,49 bilhões. Já em 2020, a caderneta tinha registrado captação líquida – mais depósitos do que saques – recorde de R$ 166,31 bilhões. Contribuíram para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia da Covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal. **(ABr)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		07/08/2024	06/08/2024	05/08/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,6240	R$ 5,6560	R$ 5,7410
	VENDA	R$ 5,6250	R$ 5,6560	R$ 5,7410
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,6087	R$ 5,6522	R$ 5,7640
	VENDA	R$ 5,6093	R$ 5,6528	R$ 5,7646
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6620	R$ 5,6850	R$ 5,7730
	VENDA	R$ 5,8420	R$ 5,8650	R$ 5,9530

Fonte: BC

Ouro

	07/08/2024	06/08/2024	05/08/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.382,78	US$ 2.389,45	US$ 2.409,41
BM&F-SP (g)	R$ 432,10	R$ 434,11	R$ 445,44

Fonte: Gold Price

Inflação

Índices	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	-	1,10%	2,45%
IPC-Fipe	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	-	1,87%	2,97%
IGP-DI (FGV)	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	-	1,11%	2,88%
INPC-IBGE	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	-	2,68%	3,70%
IPCA-IBGE	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	-	2,48%	4,23%
IPCA-IPEAD	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	-	5,06%	6,97%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08
UPC (R$)	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

TR/Poupança

01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	18/07 a 18/08	0,0709	0,5713
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	19/07 a 19/08	0,0671	0,5674
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	20/07 a 20/08	0,0671	0,5674
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	21/07 a 21/08	0,0708	0,5712
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	22/07 a 22/08	0,0745	0,5749
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	23/07 a 23/08	0,0745	0,5749
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	24/07 a 24/08	0,0754	0,5758
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	25/07 a 25/08	0,0710	0,5714
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	26/07 a 26/08	0,0673	0,5676
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	27/07 a 27/08	0,0671	0,5674
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	28/07 a 28/08	0,0708	0,5712
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	01/08 a 01/09	0,0707	0,5711
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	02/08 a 02/09	0,0668	0,5671
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	03/08 a 03/09	0,0668	0,5671
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	04/08 a 04/09	0,0705	0,5709
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	05/08 a 05/09	0,0742	0,5746
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	06/08 a 06/09	0,0742	0,5746

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50

Reservas Internacionais

06/08.. US$ 365.776 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,8012	0,8189
COLON/COSTA RICA	35	0,3595	0,3619
COLON/EL SALVADOR	40	0,01048	0,01074
COROA DINAMARQUESA	55	0,8211	0,8212
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04055	0,04064
COROA NORUEGUESA	65	0,5206	0,5208
COROA SUECA	70	0,5365	0,5367
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5269	1,5273
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6743	3,6752
DOLAR/BAHAMAS	155	5,6087	5,6093
DOLAR CANADENSE	165	4,085	4,0857
DOLAR DA GUIANA	170	0,02665	0,02697
DOLAR CAYMAN	190	6,717	6,7992
DOLAR CINGAPURA	195	4,2244	4,2255
DOLAR HONG KONG	205	0,7192	0,7192
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8217	0,8322
DOLAR DOS EUA	220	5,6087	5,6093
FORINT/HUNGRIA	345	0,01538	0,01539
FRANCO SUICO	425	6,4818	6,4832
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007407	0,0007411
IENE	470	0,03804	0,03805
LIBRA/EGITO	535	0,1137	0,114
LIBRA ESTERLINA	540	7,1315	7,1328
LIBRA/LIBANO	560	0,0000626	0,0000627
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004313	0,0004315
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1717	0,1718
NOVO SOL/PERU	660	1,5033	1,5043
PESO ARGENTINO	665	0,06681	0,06683
PESO CHILE	715	0,005937	0,005943
PESO/COLOMBIA	720	0,001354	0,001356
PESO/CUBA	725	0,2337	0,2337
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09385	0,09446
PESO/FILIPINAS	735	0,09729	0,09733
PESO/MEXICO	741	0,2916	0,2917
PESO/URUGUAIO	745	0,1384	0,1385
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7228	0,7247
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002663	0,002679
RENMINBI HONG KONG	796	0,781	0,7812
RIAL/CATAR	800	1,5377	1,5387
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4939	1,4942
RINGGIT/MALASIA	828	1,2461	1,2487
RUBLO/RUSSIA	830	0,0654	0,06542
RUPIA/INDIA	860	0,06682	0,06687
WON COREIA SUL	930	0,004078	0,00408
EURO	978	6,1269	6,1282

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.
Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

25/07	0,01365935	3,04878462
26/07	0,01365991	3,04891012
27/07	0,01366019	3,04897093
28/07	0,01366019	3,04897093
29/07	0,01366019	3,04897093
30/07	0,01366062	3,04906731
31/07	0,01366106	3,04916471
01/08	0,01365069	3,04685151
02/08	0,01365110	3,04694231
03/08	0,01365165	3,04706510
04/08	0,01365218	3,04718375
05/08	0,01365271	3,04730130
06/08	0,01365297	3,04736086
07/08	0,01365297	3,04736086
08/08	0,01365297	3,04736086

Fonte: Fenaseg

TBF

01/08 a 01/09	0,8080
02/08 a 02/09	0,7689
03/08 a 03/09	0,7694
04/08 a 04/09	0,8062
05/08 a 05/09	0,8430
06/08 a 06/09	0,8425

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

sage

Dia 9

Comprovante de Juros sobre o Capital Próprio - PJ - Fornecimento, à beneficiária pessoa jurídica, do Comprovante de Pagamento ou Crédito de Juros sobre o Capital Próprio no mês de julho/2024 (art. 2º, II, da Instrução Normativa SRF nº 41/1998).
Formulário

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de julho/2024 incidente sobre produtos classificados no código 2402.20.00 (cigarros que contenham tabaco), e as cigarrilhas classificadas no Ex 01 do código 2402.10.00 da TIPI (Cód. DARF 1020).
Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Documento de recolhimento - Envio ao sindicato - Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia do documento de recolhimento das contribuições previdenciárias relativa à competência julho/2024 (Lei nº 8.870/1994, art. 3º).
Documento de recolhimento (cópia)

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta,
§ 1º, V, "a"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 14

EFD-Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de junho/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º).
Internet

IOF - Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de julho/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.08.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.
Darf Comum (2 vias)

Dia 15

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de julho/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):
- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.
Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 31.07.2024.

VARIEDADES

Digitalize BH vai capacitar pequenos negócios

Digitalize vai levar ao público informações sobre marketing digital com conteúdos sobre redes sociais, IA, criação de *site*, etc FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

Seis a cada dez empresários investem recursos para ter mais êxito no mercado digital, de acordo com a Pesquisa Negócios Digitais do Sebrae Minas. Para ajudar a potencializar as vendas *on-line*, empreendedores podem se inscrever para a 1ª edição do Digitalize BH, evento de marketing digital promovido pelo Sebrae Minas. O evento será realizado na próxima segunda-feira (12), das 8h às 18h, na sede da instituição, em Belo Horizonte. As inscrições estão abertas e devem ser realizadas no seguinte link: *loja.sebraemg.com.br*.

O Digitalize pretende levar ao público informações sobre criação de conteúdo, uso de redes sociais, Inteligência Artificial (IA), criação de site, posicionamento, atração e engajamento, e vídeos para conversão em vendas. Os participantes vão aprender, por meio de oficinas práticas, como ampliar a presença dos pequenos negócios no ambiente on-line; conhecer as tendências e as novidades do mercado; e potencializar as vendas on-line por meio de soluções e estratégias simples.

A analista da instituição Michelle Chalub explica que o evento possui um formato *pocket* e personalizado para que os donos de micro e pequenas empresas possam se qualificar por meio de uma experiência prática. “Para incentivar os empreendedores a aproveitarem as vantagens do digital, vamos oferecer várias atividades práticas para que eles conheçam ferramentas importantes, como Chat GPT e recursos de impacto para as redes sociais. Em BH, a expectativa é atender mais de 200 empreendedores ao longo do dia”, reforça.

Na programação, algumas oficinas se repetem para que mais participantes consigam aproveitar os temas. O primeiro município a receber o evento foi Caratinga, em maio deste ano, que contou com cerca de 250 empreendedores, entre donos de micro e pequenas empresas e profissionais da área de marketing digital.

“Evento será realizado na próxima segunda-feira (12), das 8h às 18h, na sede do Sebrae Minas, em Belo Horizonte. As inscrições são feitas pela internet”

Negócios digitais - Investir em um negócio digital possibilita expandir o alcance geográfico. Essa vantagem foi comprovada por 66% dos entrevistados da Pesquisa Negócios Digitais, divulgada pelo Sebrae Minas. A possibilidade de vender a qualquer momento foi lembrada por 44% dos empresários, enquanto 38% consideraram a autonomia do cliente como o principal benefício do comércio eletrônico. Para 37% dos empreendedores, a redução de custos, com aluguel, contratação de vendedores e outras despesas é a vantagem de ter uma loja on-line.

Os dados também revelaram que a plataforma mais acessada pelos donos de pequenos negócios é o WhatsApp Business, utilizada por 76% dos respondentes – o número de microempreendedores presentes na ferramenta é de oito a cada dez empresários. Para 69%, o Instagram é a plataforma mais adequada, enquanto o Facebook é o principal meio de venda para 45% dos empresários. Para 29%, ter um próprio site da loja torna-se o diferencial do negócio e 18% colocam os produtos em plataformas de *marketplace* (Amazon, Shopee, Shein, entre outros). %

Samuel Rosa apresenta turnê “em casa”

Depois de uma longa espera, Samuel Rosa viaja o Brasil com a nova turnê “Samuel Rosa Tour”, que estreou no dia 2 de agosto, em São Paulo. E no dia 17 de agosto é a vez do cantor se apresentar em casa e subir ao palco do BeFly Hall. O novo show é a estreia da carreira solo e traz algumas das músicas do álbum recém-lançado, “Rosa”, como o primeiro single “Segue o Jogo”. A elas vão se juntar composições próprias, que foram sendo lançadas durante os últimos 30 anos do Skank. “Quero trazer para o show novo as músicas que compus ao longo desses anos, muitas já conhecidas pelo grande público, agora tocadas com a assinatura que minha nova banda imprime naturalmente. Assim como tem feito nos shows solo, Samuel também interpreta novas releituras de músicas que gravou com outros artistas.

Cantor mineiro se apresenta no próximo dia 17 no BeFly Hall FOTO: DIVULGAÇÃO / LORENA DINI

Samuel Rosa destaca que é um show híbrido e, assim como o álbum, a ideia é privilegiar as levadas, os *beats* e a parte mais suingada do disco e da sua carreira. Desde 2019, já prevendo a parada do Skank, Samuel Rosa vem tocando com a sua banda: Doca Rolim; Alexandre Mourão; Pelotas (Pedro Kremer), que era do Cachorro Grande, além de Marcelo Daí, que segundo ele, é um “virtuoso baterista que foi apresentado pelo meu filho Juliano e, apesar de jovem, já é muito conhecido na cena belo horizontina, além de já ter tocado com Liniker e outras atrações internacionais”.

“Por conta desse tempo juntos, eles estão entrosados e com a química muito boa”, completa o cantor mineiro. Mais três músicos formam o naipe de metais e completam a banda que acompanha Samuel Rosa no palco: Pedro Aristides (trombone), Vinícius Augusto (saxofone) e Pedro Mota (trompete). Todos eles fizeram parte da gravação do álbum “Rosa” nos meses de janeiro e fevereiro.

Depois de tantos anos tocando de forma assídua, ao invés de tirar um hiato ou um ano sabático, Samuel optou por seguir na estrada com a mesma banda, exatamente para criar essa conexão e química que tem hoje. Agora, ele pretende inserir nessa nova *tour*, o que virou sua marca: um show vibrante, com energia e sempre aliado a algumas baladas clássicas.%

% SERVIÇO

Samuel Rosa Tour

Local: BeFly Hall (av. Nossa Sra. do Carmo, 230 – Savassi)

Data: Dia 17 de agosto (sábado)

Horário: 22h

Preços: R$130 a R$340

Vendas: Plataforma *Sympla* e bilheteria do teatro

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

Stock Car no Pátio Savassi

Quem é fã de automobilismo terá uma oportunidade única de conferir de perto um dos ícones da Stock Car. Até a próxima terça-feira (13), o Chevrolet Cruze, carro usado pelo piloto Átila Abreu durante a temporada de 2023 da maior competição automobilística da América Latina, estará exposto no Pátio Savassi (Piso L1). Conhecido como Pantera Negra, o veículo tem motor traseiro de oito cilindros, potência de 550 cavalo-vapor (cv) e pode atingir até 340km/h. A visitação é gratuita. A ação é uma forma de homenagear o Cruze, que se despedirá da Stock Car na temporada deste ano. E Belo Horizonte conta os dias para receber a sétima etapa da Stock Car, que acontece no entorno do Mineirão entre os dias 15 e 18 (quinta-feira a domingo). A corrida, que pela primeira vez terá uma etapa na Capital, deve atrair cerca de 30 mil pessoas.

FOTO: DIVULGAÇÃO / LUANA ABREU

Dia dos Pais na Casa Fiat de Cultura

O Música na Capela, projeto da Casa Fiat de Cultura (no Circuito Liberdade) homenageia o Dia dos Pais em uma edição que vai encantar diferentes gerações da família. Quem se apresenta é o Quinteto Fractal, grupo formado por um quarteto de cordas mais um piano, que vai trazer o tema “Clássicos do Cinema”. Neste dia especial, será apresentado o melhor das trilhas dos filmes e séries dos anos 1980, 1990 e 2000. O evento será realizado neste domingo (11), às 11h, na Capela de Santana, nos jardins da Casa Fiat de Cultura, com entrada gratuita. As músicas poderão ser apreciadas em um formato que vai revelar a imponência dos arranjos e a amplitude dos instrumentos e das notas. Destaque para as trilhas consagradas de “Game of Thrones” e “Star Wars”, passando por clássicos como “O Poderoso Chefão”, “My Girl” e “Stand by me.

Denise Fraga em Paracatu

A atriz e escritora Denise Fraga participa do “Sempre Um Papo”, em Paracatu, para uma conversa com o fundador do projeto, Afonso Borges, referente à sua trajetória nas artes cênicas e na literatura. O evento acontece na próxima segunda-feira (12), às 19h, na Fundação Municipal Casa de Cultura de Paracatu (rua do Ávila, 6, Centro), com entrada gratuita, mediante retirada de ingresso pela plataforma Sympla. Uma das mais talentosas atrizes brasileiras, Denise Fraga é autora de dois livros, “Retrato Falado: Histórias Fantásticas da Vida Real” e “Travessuras de Mãe”. Ela apresentou um dos quadros de maior sucesso da história do programa Fantástico, da Rede Globo, o “Retrato Falado”, em que ela encenava histórias verídicas enviadas pelos telespectadores